

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis.
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais.
- c) Comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

As controladas indiretas SPE Barra da Paciência Energia S.A., SPE Corrente Grande Energia S.A., SPE Ninho da Águia Energia S.A., SPE Paiol Energia S.A., SPE São Gonçalo Energia S.A., SPE Várzea Alegre Energia S.A., nomearam a Companhia como agente que as representam na CCEE, desta forma a Companhia gerencia o portfólio e o risco de geração das mesmas, conforme os compromissos assumidos descritos nas notas explicativas nº 28.3 e nº 28.4.

Em 19 de agosto de 2013, foi concluída a Oferta Pública de distribuição primária de 28,0 milhões de ações ordinárias, secundária de 43,9 milhões de ações ordinárias e complementares de 1,2 milhão de ações ordinárias da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal e livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, lançada em 27 de junho de 2013. Foram distribuídas, no total, 73,1 milhões de ações ao preço fixo de R\$12,51 cada, perfazendo o montante de R\$914.686. A operação promoveu a captação bruta: (i) de R\$364.687 na oferta primária e complementar, que foram destinadas à conta de capital social até o valor do preço por ação correspondente ao patrimônio líquido dividido pelo número total de ações na data base de 31 de março de 2013, data da última informação contábil disponível antes da Oferta, e o valor remanescente de recursos líquidos foi destinado à conta de reserva de capital; e (ii) de R\$549.999 na oferta secundária, tendo sido vendidas 43,9 milhões de ações ordinárias por determinados acionistas da Companhia. Os custos de captação incorridos nesta operação montam a R\$34.859.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$273.565, decorrente principalmente do endividamento de curto prazo (empréstimos ponte) incorrido para financiar as obras de construções das suas usinas eólicas no montante de R\$787.850. Durante o ano de 2012 e o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia financiou a construção de suas controladas, Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V, Macacos, Pedra Preta, Juremas, Costa Branca e Campos dos Ventos II, através da captação de

recursos de curto prazo (conforme nota explicativa nº 15 referente aos empréstimos ponte BNDES I, II, III e IV, Notas Promissórias e Capital de Giro). Em 24 de setembro de 2013 as controladas Macacos, Pedra Preta, Juremas, Costa Branca e Campos dos Ventos II obtiveram aprovação em diretoria do BNDES para a contratação dos empréstimos de longo prazo no montante de R\$385.245 com prazo de amortização de 16 anos a partir de julho de 2014 e taxa de TJLP acrescida de 2,18% ao ano. Para as demais controladas, a Companhia solicitou o financiamento de longo prazo para o BNDES que será utilizado para quitação dos empréstimos ponte obtidos e aguarda os trâmites de aprovação.

A Administração da Companhia, não obstante os fatos descritos anteriormente, entende que as operações de suas controladas são conduzidas considerando os contratos de autorização e os contratos de venda de energia celebrados no âmbito do CCEAR e CER, descritos a seguir:

<u>SPE</u>	<u>Tipo</u>	<u>Energia contratada (MWm)</u>	<u>Preço contratado (R\$/MWh)</u>	<u>Índice de reajuste</u>	<u>Mês de reajuste</u>	<u>Mês e ano do início</u>	<u>Prazo (em anos)</u>
Atlântica I	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	set/13	20
Atlântica II	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	set/13	20
Atlântica IV	CCEAR	12,9	154,85	IPCA	Novembro	set/13	20
Atlântica V	CCEAR	13,7	154,85	IPCA	Novembro	set/13	20
Macacos	CCEAR	9,7	136,01	IPCA	Novembro	nov/13	20
Pedra Preta	CCEAR	10,1	130,43	IPCA	Novembro	nov/13	20
Juremas	CCEAR	7,5	136,01	IPCA	Novembro	nov/13	20
Costa Branca	CCEAR	9,8	130,43	IPCA	Novembro	nov/13	20
Campo dos Ventos II	CER	14,0	126,19	IPCA	Setembro	set/13	20

A maior parte das controladas diretas foi constituída ou adquirida com o propósito específico de implantar e explorar o potencial de Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), usinas termelétricas movidas à biomassa, parques eólicos e projeto de geração de energia solar conforme descrito nas notas explicativas nº 1.6 a nº 1.9.

1.1. Aquisição do Complexo Eólico Atlântica - 2012

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu da Cobra Instalaciones y Servicios S.A. a totalidade das ações de emissão das seguintes SPEs: (i) Atlântica I Parque Eólico S.A.; (ii) Atlântica II Parque Eólico S.A.; (iii) Atlântica IV Parque Eólico S.A.; e (iv) Atlântica V Parque Eólico S.A. As quatro empresas que, em conjunto, possuem uma potência instalada de 120 MW, tiveram toda sua energia certificada e comercializada no leilão de fontes alternativas - LFA, realizado em 26 de agosto de 2010. A transferência do controle do Complexo Eólico Atlântica para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante divulgado em 26 de março de 2012 (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

O valor de R\$24.528 foi pago aos vendedores em março de 2012: (i) valor principal R\$24.000; e (ii) complemento de preço R\$528.

1.2. Aquisição da BVP S.A. - 2012

Conforme Comunicado ao Mercado, publicado em 19 de junho de 2012, a Companhia adquiriu 100% das ações da sociedade BVP S.A, controladora da sociedade Bons Ventos Geradora de Energia S.A., sendo o preço total da aquisição no valor de R\$1.095.291, que compreende: (i) o valor de R\$445.124 pago aos vendedores; (ii) assunção de dívida líquida no valor R\$439.191; e (iii) R\$127.548 destinado à liquidação de debêntures emitidas pela Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Adicionalmente a Companhia complementou, como ajuste de preço da aquisição, o montante de R\$83.428.

A Bons Ventos detém autorização, outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para explorar os parques eólicos: Taíba Albatroz, Bons Ventos, Enacel, Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 157,5 MW. Todos os Parques Eólicos localizam-se no litoral do Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, sendo que a totalidade da energia está contratada com a Eletrobrás por vinte anos, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

A transferência do controle da BVP para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme divulgado em fato relevante divulgado em 19 de junho de 2012.

1.3. Aquisição da Usina Ester (SPE Lacenas) - 2012

Em 09 de março de 2012, a Companhia assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos de cogeração de energia elétrica e vapor d'água da SPE Lacenas Participações Ltda., controlada pela Usina Açucareira Ester. Cerca de 7 MW médios de energia de cogeração da Usina Ester já foram comercializados no leilão de fontes alternativas (LFA) de 2007, com prazo de 15 anos e com preço médio de venda de R\$177 por MWh (na data-base de janeiro de 2012). O restante, 3,2 MW médios de energia, será comercializado no mercado livre (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

Em 18 de outubro de 2012, a Companhia concluiu a aquisição da Usina Ester (SPE Lacenas). O valor pago pela SPE Lacenas foi de R\$111.500, sendo R\$55.244 pagos em caixa aos vendedores, e com assunção de dívida líquida no valor de R\$56.256.

A transferência de controle da SPE Lacenas para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, em 02 de outubro de 2012, e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 14 de agosto de 2012.

1.4. Aquisição de Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A. - RDV (transação prevista para conclusão até o final de dezembro de 2013)

Em 18 de junho de 2013, a Companhia assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos dos parques eólicos (i) Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 10,5 MW; e (ii) Lagoa do Mato, com capacidade instalada de 3,2 MW localizados no litoral do Estado do Ceará. Ambos encontram-se em operação comercial, sendo que a totalidade da energia gerada pelos Parques Eólicos está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

O preço total da aquisição é de R\$99.700, que compreende: (i) o valor de R\$62.000 a ser pago ao vendedor; e (ii) a assunção de dívida da Rosa dos Ventos no valor de R\$37.700; os quais poderão ser ajustados até a data do fechamento da aquisição, conforme previsto no contrato de compra e venda de ações. A aquisição do controle e o pagamento do preço encontram-se sujeitos à satisfação das condições precedentes estabelecidas no contrato de compra e venda de ações e à obtenção das aprovações prévias pertinentes.

1.5. Informações adicionais sobre aquisição das controladas Complexo Eólico Atlântica, BVP e Lacenas e da aquisição em andamento de Rosa dos Ventos.

a) Contraprestações

	<u>Complexo</u> <u>Atlântica</u> <u>26.03.12</u>	<u>BVP</u> <u>19.06.12</u>	<u>Lacenas</u> <u>18.10.12</u>	<u>Rosa dos</u> <u>Ventos</u> <u>30.09.2013</u> <u>(estimado)</u>
Contraprestações transferidas ou a transferir em caixa e equivalentes de caixa pelos acionistas compradores:				
Caixa transferido ou a transferir diretamente aos acionistas	24.000	445.124	53.836	62.000
Contas a pagar aos acionistas	-	-	1.408	-
Caixa transferido diretamente para a Jantus e BVP para pagamento de dívida e despesas de responsabilidade dos vendedores	-	127.548	-	-
Ajuste de preço paga aos vendedores de acordo com cláusula contratual	528	83.428	-	-
Total da contraprestação	<u>24.528</u>	<u>656.100</u>	<u>55.244</u>	<u>62.000</u>

b) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

Para as aquisições do Complexo Eólico Atlântica, BVP e Lacenas a totalidade das contraprestações transferidas (pagas) foi alocada aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais serão amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi alocado a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado para ágio nestas transações.

A alocação do valor pago foi suportada por laudo de avaliação econômico-financeiro e por análises conduzidas pela própria Administração.

A Administração da CPFL Renováveis não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

A contabilização inicial da aquisição do Complexo Eólico Atlântica em 29 de fevereiro de 2012 e BVP em 31 de maio de 2012 foram concluídas. A contabilização da aquisição da Lacenas, em 30 de setembro de 2012, encontra-se provisoriamente registrada em 30 de setembro de 2013, com base na melhor estimativa da Administração, sendo que na data da conclusão destas informações contábeis intermediárias, a avaliação da mensuração dos ativos intangíveis não tinha sido finalizada. Em decorrência da aquisição de Rosa dos Ventos não estar concluída em 30 de setembro de 2013, apresentamos abaixo a melhor estimativa da Companhia.

A seguir apresentamos os ativos adquiridos e passivos assumidos do Complexo Atlântica, BVP e Lacenas, e a melhor estimativa da Companhia para a aquisição da Rosa dos Ventos a valor justo:

	Complexo <u>Atlântica</u> <u>26.03.12</u>	<u>BVP</u> <u>19.06.12</u>	<u>Lacenas</u> <u>18.10.12</u>	Rosa dos <u>Ventos</u> <u>30.09.13</u> (estimado)
Ativos circulantes:				
Caixa e equivalentes de caixa	186	28.092	-	1.996
Contas a receber de clientes	-	16.232	-	4.851
Impostos a recuperar	-	5.116	-	80
Despesas antecipadas	121	848	-	31
Outros créditos	37	1.023	-	4
Ativos não circulantes:				
Aplicações financeiras vinculadas	-	38.752	-	4.293
Impostos diferidos	-	57.121	-	-
Outros créditos	-	10.000	-	-
Imobilizado	23.007	571.495	100.591	52.359
Intangível - Direito de exploração	1.873	760.029	17.862	58.711
Passivos circulantes:				
Fornecedores	54	14.430	-	191
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	39.324	7.418	1.981
Obrigações tributárias e trabalhistas	5	4.571	-	141
Adiantamentos de clientes	-	17.553	880	-
Dividendos propostos	-	-	-	3.646
Outros passivos	-	603	-	231
Passivos não circulantes:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	461.126	48.838	34.173
Fornecedores	-	5.818	-	-
Impostos diferidos	-	16.629	-	-
Impostos diferidos sobre o direito de exploração	637	258.410	6.073	19.962
Provisões para desmobilização de ativos e compromissos socioambientais	-	14.144	-	-
Ativos líquidos adquiridos	<u>24.528</u>	<u>656.100</u>	<u>55.244</u>	<u>62.000</u>
Contrapartida transferida/a transferir	<u>24.528</u>	<u>656.100</u>	<u>55.244</u>	<u>62.000</u>

No processo de alocação do preço de aquisição, foi identificado o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada, estando este ativo suportado por laudo de avaliação econômico-financeira. Esses valores, ajustados por efeitos tributários, serão amortizados pelo prazo remanescente das autorizações, pelo método da linha reta, vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos adquiridos, sendo o prazo médio estimado em 23 anos para o Complexo Eólico Atlântica, 21 anos para a BVP, 20 anos para Lacenas (Usina Ester) e 20 anos para Rosa dos Ventos (estimado).

c) Saída de caixa líquido na aquisição das controladas

	Complexo <u>Atlântica</u> <u>26.03.12</u>	<u>BVP</u> <u>19.06.12</u>	<u>Lacenas</u> <u>18.10.12</u>	Rosa dos Ventos <u>30.09.13</u> (estimado)
Contrapartidas pagas em caixa (a pagar no caso de RV)	24.528	656.100	53.836	62.000
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(186)	(28.092)	-	(1.996)
Caixa líquido de aquisição	<u>24.342</u>	<u>628.008</u>	<u>53.836</u>	<u>60.004</u>

d) Informações financeiras sobre a receita operacional líquida e lucro líquido (prejuízo) das empresas adquiridas incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas no ano da aquisição:

		Receita Operacional	(Prejuízo) Lucro Líquido
		2012	2012
Atlântica	01/03/2012 a 31/12/2012	-	(1.969)
BVP	01/06/2012 a 31/12/2012	103.919	27.312
Lacenas	01/10/2012 a 31/12/2012	6.793	715
Rosa dos Ventos		-	-
		<u>110.712</u>	<u>26.058</u>

e) Informações financeiras combinadas sobre a receita operacional líquida e lucro líquido (prejuízo) do exercício caso as aquisições tivessem ocorrido no início do exercício.

	Receita Operacional	Lucro (prejuízo) Líquido
	2012	2012
CPFL Renováveis - Histórico	806.420	8.261
Ajuste pro forma (i)	<u>68.759</u>	<u>(20.290)</u>
Total	<u>875.179</u>	<u>(12.029)</u>

- (i) Os ajustes pró-forma da receita operacional consideram a adição da receita operacional das controladas BVP e Lacenas para os períodos em que elas não eram consolidadas pela Companhia.

Os ajustes pró-forma do lucro (prejuízo) líquido consideram: (i) adição do resultado das controladas BVP, Lacenas e Atlântica para os períodos em que elas não eram consolidadas pela Companhia; (ii) exclusão dos efeitos de despesas não recorrentes de consultorias e comissões para a aquisição das controladas; (iii) inclusão dos efeitos financeiros da captação de empréstimos para viabilizar a aquisição da BVP; e (iv) inclusão da amortização do direito de exploração e da depreciação do valor justo do ativo imobilizado, líquidos de impactos fiscais, caso essas empresas tivessem sido adquiridas no início do exercício.

A aquisição do complexo eólico Atlântica (projeto em construção com previsão de entrada parcial em operação comercial em dezembro de 2013) foi concluída em 26 de março de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 29 de fevereiro de 2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as informações consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 10 (dez) meses de operações dessa controlada, sendo 7 (sete) meses até 30 de setembro de 2012.

A aquisição da BVP foi concluída em 19 de junho de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 31 de maio de 2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as informações consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 7(sete) meses de operações desta controlada, sendo 4 (quatro) meses até 30 de setembro de 2012.

A aquisição de Lacenas foi concluída em 18 de outubro de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 30 de setembro de 2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as informações consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 3 (três) meses de operação dessa controlada, sem impacto até 30 de setembro de 2012.

A aquisição de Rosa dos Ventos encontra-se sujeita à satisfação das condições precedentes estabelecidas no contrato de compra e venda de ações e à obtenção das aprovações prévias pertinentes para ser concluída. Portanto, em 30 de setembro de 2013, esta aquisição não está contabilizada nos livros da Companhia.

1.6. Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía as seguintes concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico:

<u>PCHs</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)**</u>
Aiuruoca	3	Res.357	22/12/1999	30 anos	18,0
Alto Irani	1	Res.587	29/10/2002	30 anos	21,0
Americana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	30,0
Andorinhas	1	Des.1990	30/11/2005	Indeterminado ***	0,5
Arvoredo	1	Res.606	05/11/2002	30 anos	13,0
Barra da Paciência	1	Res.348	17/12/1999	30 anos	23,0
Boa Vista II	3	Em andamento *	-	-	29,9
Buritís	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,8
Cachoeira Grande	3	Res.540	14/10/2003	30 anos	16,0
Capão Preto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,3
Chibarro	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	2,6
Cocais Grande	1	Res.349	22/12/1999	30 anos	10,0
Corrente Grande	1	Res.17	14/01/2000	30 anos	14,0
Diamante	1	Portaria 475	13/11/1997	30 anos	4,2
Dourados	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	10,8
Eloy Chaves	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	18,8
Esmeril	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	5,0
Gavião Peixoto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,8
Guaporé	1	Res.1987	30/11/2005	Indeterminado ***	0,7
Jaguari	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	11,8
Lençóis	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	1,7
Monjolinho	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,6
Ninho da Águia	1	Res.370	29/12/1999	30 anos	10,0
Paíol	1	Res.406	06/08/2002	30 anos	20,0
Penedo	3	Em andamento *	-	-	17,0
Pinhal	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	6,8
Pirapó	1	Des.1989	30/11/2005	Indeterminado ***	0,8
Plano Alto	1	Res.607	07/11/2002	30 anos	16,0
Salinho	1	Desp.1988	30/11/2005	Indeterminado ***	0,8
Salto Góes	1	Res.2510	10/08/2010	30 anos	20,0
Salto Grande	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,6
Santa Cruz	3	Res.718	17/12/2002	30 anos	12,5
Santa Luzia	1	Portaria 352	20/12/2007	35 anos	28,5
Santana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,3
São Gonçalo	1	Res.13	13/01/2000	30 anos	11,0
São Joaquim	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	8,1
Socorro	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	1,0
Três Saltos	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,6
Varginha	1	Res.355	22/12/1999	30 anos	9,0
Várzea Alegre	1	Res.367	29/12/1999	30 anos	7,5
Total					<u>420,0</u>

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

** Informação não revisada pelos auditores independentes

*** Potenciais hidráulicos iguais, ou inferiores a 1,0 MW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser registrados junto à ANEEL.

(1) - Operação

(2) - Construção

(3) - Preparação

Os prazos das autorizações e concessões são contados a partir da data da assinatura dos respectivos contratos.

1.7. Projetos de geração eólica

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial eólico:

<u>Projetos Eólicos</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)**</u>
Atlântica I	2	Portaria 134	25/02/2011	35 anos	30,0
Atlântica II	2	Portaria 148	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica IV	2	Portaria 147	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica V	2	Portaria 168	21/03/2011	35 anos	30,0
Baixa Verde	3	Em andamento *	-	-	13,8
Bons Ventos	1	Resolução 093	07/03/2003	30 anos	50,0
Cajueiro	3	Em andamento *	-	-	29,9
Campos dos Ventos I	2	Resolução 3967	26/03/2013	30 anos	30,0
Campos dos Ventos II	1	Portaria 257	18/04/2011	35 anos	30,0
Campos dos Ventos III	2	Resolução 3968	26/03/2013	30 anos	30,0
Campos dos Ventos V	2	Resolução 3969	27/03/2013	30 anos	26,0
Canoa Quebrada	1	Resolução 680	10/12/2002	30 anos	57,0
Costa Branca	2	Portaria 585	11/10/2011	35 anos	20,7
Costa das Dunas	3	Em andamento *	-	-	29,9
Curral Velho I	3	Em andamento *	-	-	26,0
Curral Velho II	3	Em andamento *	-	-	28,0
Curral Velho IV	3	Em andamento *	-	-	30,0
Enacel	1	Resolução 625	12/11/2002	30 anos	31,5
Eurus VI	1	Portaria 749	24/08/2010	35 anos	8,0
Farol de Touros	3	Em andamento *	-	-	23,0
Figueira Branca	3	Em andamento *	-	-	13,8
Foz do Rio Choró	1	Resolução 306	04/06/2002	30 anos	25,2
Ventos de Gameleira	3	Em andamento *	-	-	18,4
Icaraízinho	1	Resolução 454	27/08/2002	30 anos	54,6
Juremas	2	Portaria 556	27/09/2011	35 anos	16,1
Macacos	2	Portaria 557	27/09/2011	35 anos	20,7
Paracuru	1	Resolução 460	27/08/2002	30 anos	23,4
Pedra Cheirosa	3	Em andamento *	-	-	26,0
Pedra Cheirosa II	3	Em andamento *	-	-	24,0
Pedra Preta	2	Portaria 564	11/10/2011	35 anos	20,7
Pontal das Falésias I	3	Em andamento *	-	-	7,2
Pontal das Falésias II	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falésias III	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falésias IV	3	Em andamento *	-	-	12,6
Praia da Atalaia	3	Em andamento *	-	-	151,2
Praia de Bitupitá I	3	Em andamento *	-	-	30,0
Praia de Bitupitá II	3	Em andamento *	-	-	28,0
Praia de Bitupitá III	3	Em andamento *	-	-	12,0
Praia Formosa	1	Resolução 307	04/06/2002	30 anos	104,4
Santa Clara I	1	Portaria 609	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara II	1	Portaria 683	04/08/2010	35 anos	30,0
Santa Clara III	1	Portaria 610	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara IV	1	Portaria 672	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara V	1	Portaria 838	08/10/2010	35 anos	30,0
Santa Clara VI	1	Portaria 670	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Mônica	3	Em andamento *	-	-	30,0
Santa Úrsula	3	Em andamento *	-	-	28,0
São Benedito	3	Em andamento *	-	-	29,9
São Domingos	3	Em andamento *	-	-	29,9
Taíba Albatroz	1	Resolução 778	23/12/2002	30 anos	16,5
Ventos de São Dimas	3	Em andamento *	-	-	29,9
Ventos de São Martinho	3	Em andamento *	-	-	29,9
Total					<u>1.564,2</u>

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

** Informação não revisada pelos auditores independentes

(1) - Operação

(2) - Construção

(3) - Preparação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.8. Projetos de geração à biomassa

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia movida à biomassa:

<u>Projeto Biomassa</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)*</u>
Alvorada	2	Res.3714	29/10/2012	30 anos	50,0
Baia Formosa	1	Res.259	14/05/2002	30 anos	40,0
Baldin	1	Res.2106	22/09/2009	30 anos	45,0
Buriti	1	Res.2643	07/12/2010	30 anos	50,0
Coopcana	1	Res.3328	07/02/2012	30 anos	50,0
Ipê	1	Res.2375	27/04/2010	30 anos	25,0
Lacenas	1	Res.117	20/05/1999	30 anos	40,0
Pedra	1	Prt.129	24/02/2011	35 anos	70,0
Total					<u>370,0</u>

* Informação não revisada pelos auditores independentes

(1) - Operação

(2) - Construção

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.9. Projetos de geração de energia solar

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração do potencial solar:

<u>Projeto Solar</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)*</u>
Solar 1	1	Of.ANEEL nº961/2012	29/10/2012	Indeterminado**	1,1
Total					<u>1,1</u>

* Informação não revisada pelos auditores independentes

**Usina com capacidade reduzida, dispensada de outorga, devendo apenas ser registrado na ANEEL.

(1) - Operação

1.10. Acordo de Acionistas

Desde 24 de agosto de 2011, a Companhia é regida por Acordo de Acionistas, do qual fazem parte, com as respectivas participações no capital votante, Grupo CPFL (58,84%), Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações (4,77%), Secor - LLC (5,49%), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus (2,97%), DEG Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH (1,47%), GMR Energia S.A. (1,93%), Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (7,12%), Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (0,84%).

Em resumo, o Acordo de Acionistas da Companhia dispõe sobre questões relativas ao exercício de direitos de voto em Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração; a participação dos Acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgãos diretivos da Companhia; ao direito de preferência em relação à aquisição das ações e outras determinadas restrições relativas à transferência das ações e direitos econômicos associados à titularidade das ações; a administração da Companhia; ao direito de preferência nos aumentos de capital e restrições na transferência de ações, tais como o direito de “tag along”; e ao ingresso de novos acionistas.

Em decorrência da Oferta Pública de Ações, o acordo de acionista está sendo ajustado.

1.11. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas informações contábeis intermediárias considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e pequenas centrais hidrelétricas).

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- As informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia e de suas controladas, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.

- As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos adquiridos em combinação de negócios e ainda por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

2.4. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações de valor adicionado, individual e consolidada, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

2.5. Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que apresentam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas são:

- Impostos a recuperar (nota explicativa nº 8).
- Outros créditos não circulantes - saldos a receber da Baldin Bioenergia S.A. (nota explicativa nº 9).
- Pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.2).

- Imobilizado (nota explicativa nº 12).
- Intangível (nota explicativa nº 13).
- Provisão para custos socioambientais e de desmobilização de ativos (nota explicativa nº 19).
- Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20).
- Provisão CCEE e encargos (notas explicativas nº 22 e nº 23, respectivamente).
- Impostos diferidos (nota explicativa nº 25.2).
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 26).

2.6. Reapresentação das informações contábeis intermediárias para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012.

A Administração da Companhia, com o objetivo de aprimoramento do conjunto de suas demonstrações financeiras, revisitou as informações contábeis intermediárias referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e concluiu pela necessidade de reapresentação das demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa, conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

As reclassificações não produziram efeitos no lucro líquido e patrimônio líquido nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas, como anteriormente apresentadas, assim como também não produziram efeitos nos períodos anteriores a 1º de janeiro de 2012.

As reclassificações efetuadas estão resumidas a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - 9 meses

	Controladora			Consolidado		
	Publicado	Reclassificações	Reapresentado	Publicado	Reclassificações	Reapresentado
	01/01/2012 a 30/09/2012	Ref. 1	01/01/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012	Ref. 2	01/01/2012 a 30/09/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18.853	-	18.853	528.743	-	528.743
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(21.144)	-	(21.144)	(254.121)	12.620	(241.501)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	(2.291)	-	(2.291)	274.622	12.620	287.242
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Gerais e administrativas	(49.703)	-	(49.703)	(52.482)	(12.620)	(65.102)
Remuneração dos administradores	(4.114)	-	(4.114)	(4.114)	-	(4.114)
Depreciação	(1.165)	-	(1.165)	(1.165)	-	(1.165)
Resultado de equivalência patrimonial	115.237	(37.959)	12.825	90.103	-	-
Amortização do direito de exploração	(37.959)	37.959	-	(78.837)	-	(78.837)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1)	-	(1)	3	-	3
Total	22.295	-	12.825	(136.595)	(12.620)	(149.215)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	20.004	-	12.825	138.027	-	138.027
Receitas financeiras	14.250	-	14.250	41.446	-	41.446
Despesas financeiras	(38.667)	-	(38.667)	(169.428)	-	(169.428)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(4.413)	-	12.825	10.045	-	10.045
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-	-	(20.909)	-	(20.909)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12.825	-	(12.825)	19.280	-	19.280
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	8.412	-	8.412	8.416	-	8.416

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - 3 meses

	Controladora			Consolidado		
	Publicado	Reclassificações	Reapresentado	Publicado	Reclassificações	Reapresentado
	01/07/2012 a 30/09/2012	Ref. 1	01/07/2012 a 30/09/2012	01/07/2012 a 30/09/2012	Ref. 2	01/07/2012 a 30/09/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.901	-	4.901	242.940	-	242.940
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(10.177)	-	(10.177)	(117.335)	6.365	(110.970)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	(5.276)	-	(5.276)	125.605	6.365	131.970
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Gerais e administrativas	(20.878)	-	(20.878)	(17.794)	(6.365)	(24.159)
Remuneração dos administradores	(1.561)	-	(1.561)	(1.561)	-	(1.561)
Depreciação	(481)	-	(481)	(481)	-	(481)
Resultado de equivalência patrimonial	62.114	(12.813)	4.275	-	-	-
Amortização do direito de exploração	(12.813)	12.813	-	(31.612)	-	(31.612)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1	-	1	3	-	3
Total	26.382	-	4.275	(51.445)	(6.365)	(57.810)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	21.106	-	4.275	74.160	-	74.160
Receitas financeiras	3.715	-	3.715	14.608	-	14.608
Despesas financeiras	(26.167)	-	(26.167)	(83.138)	-	(83.138)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.346)	-	4.275	5.630	-	5.630
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-	-	(6.869)	-	(6.869)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	4.275	-	(4.275)	4.154	-	4.154
LUCRO DO PERÍODO	2.929	-	2.929	2.915	-	2.915

FLUXO DE CAIXA - 9 meses

	Controladora			Consolidado		
	Publicado	Reclassificações	Reapresentado	Publicado	Reclassificações	Reapresentado
	30/09/2012	Ref. 3	30/09/2012	30/09/2012	Ref. 4	30/09/2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(72.903)	93.503	20.600	(17.598)	168.383	150.785
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(746.037)	(93.503)	(839.540)	(1.550.364)	(168.800)	(1.719.164)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	746.513	-	746.513	1.588.359	417	1.588.776
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(72.427)	-	(72.427)	20.397	-	20.397

1. Na controladora, a reclassificação da amortização do direito de exploração resultante da aquisição de negócios, originalmente registrada como despesa de amortização nas despesas operacionais, e o respectivo imposto diferido registrado como despesa, reapresentados para serem classificados, pelo líquido, na conta de resultado de equivalência patrimonial na controladora.
2. No consolidado, reclassificação de algumas despesas entre grupo de despesas gerais e administrativas e custo de geração de energia elétrica, como forma de aprimorar a comparação das informações.
3. Na controladora, a reclassificação dos dividendos recebidos de controladas, originalmente registrados no fluxo de caixa das atividades de investimentos, reapresentados para serem classificados no fluxo de caixa das atividades operacionais e a reclassificação do pagamento de contas a pagar de aquisições originalmente registrados no fluxo de caixa das atividades operacionais reapresentados para serem classificados no fluxo de caixa das atividades de investimentos.
4. No consolidado, a reclassificação do pagamento de aquisições originalmente registrados no fluxo de caixa das atividades operacionais reapresentados para serem classificados no fluxo de caixa das atividades de investimentos.

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

As informações contábeis intermediárias incluem as demonstrações da CPFL Renováveis e suas controladas abaixo relacionadas:

Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %		Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %	
		Direta	Indireta			Direta	Indireta
Aiuruoca	Integral	-	100%	Figueira Branca	Integral	100%	-
Alto Irani	Integral	100%	-	Gameleira	Integral	100%	-
Arvoredo	Integral	-	100%	Jayaditya	Integral	-	100%
Atlântica I	Integral	100%	-	Juremas	Integral	95%	-
Atlântica II	Integral	100%	-	Lacenas	Integral	100%	-
Atlântica IV	Integral	100%	-	Macacos	Integral	95%	-
Atlântica V	Integral	100%	-	Mohini	Integral	-	100%
Baixa Verde	Integral	95%	-	Navegantes	Integral	95%	-
Barra da Paciência	Integral	-	100%	Ninho da Águia	Integral	-	100%
Bio Alvorada	Integral	100%	-	Paio	Integral	-	100%
Bio Buriti	Integral	100%	-	PCH Holding	Integral	100%	-
Bio Coopcana	Integral	100%	-	PCH Holding 2	Integral	100%	-
Bio Formosa	Integral	100%	-	PCH Participações	Integral	100%	-
Bio Ipê	Integral	100%	-	Pedra Preta	Integral	95%	-
Bio Pedra	Integral	100%	-	Penedo	Integral	100%	-
Bioenergia	Integral	100%	-	Plano Alto	Integral	100%	-
Bitupitá I	Integral	-	100%	Pedra Cheirosa I	Integral	-	100%
Bitupitá II	Integral	-	100%	Pedra Cheirosa II	Integral	-	100%
Bitupitá III	Integral	-	100%	Salto Góes	Integral	100%	-
Boa Vista 1	Integral	100%	-	Santa Clara I	Integral	100%	-
Boa Vista 2	Integral	100%	-	Santa Clara II	Integral	100%	-
BVP	Integral	-	100%	Santa Clara III	Integral	100%	-
Bons Ventos	Integral	-	100%	Santa Clara IV	Integral	100%	-
Cachoeira Grande	Integral	100%	-	Santa Clara V	Integral	100%	-
Cajueiro	Integral	95%	-	Santa Clara VI	Integral	100%	-
Campos dos Ventos I	Integral	100%	-	Santa Cruz	Integral	100%	-
Campos dos Ventos II	Integral	-	100%	Santa Luzia	Integral	-	100%
Campos dos Ventos III	Integral	100%	-	Santa Mônica	Integral	100%	-
Campos dos Ventos IV	Integral	100%	-	Santa Ursula	Integral	100%	-
Campos dos Ventos V	Integral	100%	-	São Benedito	Integral	100%	-
Chimay	Integral	-	100%	São Domingos	Integral	100%	-
Cocais Grande	Integral	-	100%	São Gonçalo	Integral	-	100%
Corrente Grande	Integral	-	100%	SIIF Cinco	Integral	-	100%
Costa Branca	Integral	95%	-	SIIF Desenvolvimento (i)	Integral	100%	-
Costa das Dunas	Integral	90%	-	SIIF Energies (i)	Integral	100%	-
Curral Velho I	Integral	-	100%	Solar 1	Integral	100%	-
Curral Velho II	Integral	-	100%	Sul Centrais Elétricas	Integral	-	100%
Curral Velho IV	Integral	-	100%	T-15	Integral	100%	-
Eólica Formosa	Integral	-	100%	Tombo	Integral	100%	-
Eólica Holding	Integral	100%	-	Turbina 16	Integral	100%	-
Eólica Icaraizinho	Integral	-	100%	Turbina 17	Integral	100%	-
Eólica Paracuru	Integral	-	100%	Varginha	Integral	-	100%
Eurus V	Integral	100%	-	Varzea Alegre	Integral	-	100%
Eurus VI	Integral	100%	-	Ventos de Santo Dimas	Integral	100%	-
Farol de Touros	Integral	90%	-	Ventos de São Martinho	Integral	100%	-

(i) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 as SPE's participaram de reestruturação societária (ver nota explicativa 11).

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

- d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações contábeis intermediárias consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido. Quando os acionistas não controladores não possuem obrigações adicionais nos casos em que as controladas apresentam passivo a descoberto, provisões são constituídas para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido e cujo valor é de R\$47.198 em 30 de setembro de 2013, registrado na conta provisão para perda de investimentos no passivo não circulante. Os valores das participações dos acionistas não controladores, em 30 de setembro de 2013, são de R\$10.335 e 31 de dezembro de 2012 é R\$10.383.

A seguir estão destacadas as controladas indiretas que apresentaram patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em 30 de setembro de 2013:

PCH Holding 2

Em 30 de setembro de 2013, a controlada direta PCH Holding 2 apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$17.759 decorrente, principalmente, das despesas financeiras incorridas pelas debêntures emitidas para financiar a aquisição da Santa Luzia Energética S.A., cuja primeira amortização, no montante de R\$8.701, ocorrerá em 22 de junho de 2015. A Companhia possui provisão para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido da PCH Holding 2, demonstrando estar comprometida em realizar todos os aportes de recursos necessários para garantir a continuidade de suas operações.

SIIF Desenvolvimento

Em 30 de setembro de 2013, a controlada direta SIIF Desenvolvimento apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$29.424 decorrente, principalmente, de estudos de projetos eólicos. A SIIF Desenvolvimento possui contrato de mútuo com a SIIF Energies, remunerados a taxas de 5% ao ano por prazo indeterminado, cujo saldo em 30 de setembro de 2013 era de R\$23.883. A Companhia, possui provisão para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido da controlada, demonstrando estar comprometida em realizar todos os aportes de recursos necessários para garantir a continuidade de suas operações.

SPE Navegantes Energia S.A.

Em 30 de setembro de 2013, a controlada direta Navegantes Energia apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$15 decorrente, principalmente, de estudos de projetos eólicos. A Companhia, possui provisão para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido da controlada, demonstrando estar comprometida em realizar todos os aportes de recursos necessários para garantir a continuidade de suas operações.

Dessa forma, a Companhia registra no passivo não circulante o saldo de passivo a descoberto das controladas.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas foram preparadas com base nas mesmas práticas contábeis descritas nas notas explicativas nº 4.1 a nº 4.11 às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Circulante				
Saldos de caixa e bancos	261	1.005	7.266	17.718
Aplicações financeiras:				
Certificado de depósitos bancários (a)	18	-	1.718	264
Fundos de investimento (b)	330.413	74.117	755.830	609.253
Operações compromissadas em debêntures (a)	-	-	2.722	12.850
Total de Caixa e equivalentes de caixa	<u>330.692</u>	<u>75.122</u>	<u>767.536</u>	<u>640.085</u>

- (a) Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas, e são remunerados a taxas médias equivalentes a 93,49% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, na data do balanço.
- (b) Representa valores aplicados no Fundo Exclusivo da CPFL Renováveis, o qual foi constituído em setembro de 2012 e tem como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI, substancialmente em CDBs, títulos públicos federais, debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez. A taxa média de remuneração destes fundos é 101,83% do CDI na data do balanço.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis (nota explicativa nº 26.1) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Controladas	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						30/09/2013	31/12/2012
Arvoredo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,59% *	1.988	1.888
Barra da Paciência (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,59% *	3.083	2.928
Cocais Grandes (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,59% *	1.529	1.452
Corrente Grande (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,59% *	2.248	2.136
Ninho da Águia (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,59% *	1.529	1.435
PCH Holding (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,59% *	18.344	17.421
Paiol Energia (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,59% *	3.475	3.301
São Gonçalo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,59% *	1.878	1.785
Varginha (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,59% *	1.922	1.825
Varzea Alegre (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,59% *	1.145	1.089
Bio Formosa (e)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,59% *	2.223	2.068
Salto Góes (f)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,59% *	2.668	-
Bons Ventos (b)	BNB	LFTs	Indefinido	Diversos	99,00% *	37.655	35.903
SIIF Energies (c)	BNB	Fundo aberto e CDB	Indefinido	Diversos	97,75% *	41.105	38.657
Santa Luzia (d)	Banco do Brasil	Fundo aberto	Indefinido	Diversos	89,46% *	6.432	6.208
Bio Pedra (e)	Itaú	DB/Op. Compromissada	Diversos	DI	93,28% *	3.820	3.335
Total						<u>131.044</u>	<u>121.431</u>

(*) Remuneração média na data base, tendo como referência o Depósito Interbancário - DI.

- (a) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas. De acordo com os contratos de financiamento com o BNDES, 80% do faturamento de venda de energia é destinado às contas de reservas até a total integralização da garantia do empréstimo, a qual deve corresponder a três meses de serviço de dívida. Em 30 de setembro de 2013, a garantia estava 100% integralizada.
- (b) Refere-se a contas reservas constituídas por Letras Financeiras do Tesouro, nas controladas, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e NIB - Nordic Investment Bank e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo. Em 30 de setembro de 2013, a garantia estava 100% integralizada.
- (c) Refere-se a contas reservas constituídas nas controladas das empresas controladas pela SIIF Energies, de acordo com os contratos de financiamento firmados com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e deverão ser mantidas até a amortização dos empréstimos dessas empresas. Em 30 de setembro de 2013, a garantia estava 100% integralizada.
- (d) Refere-se a contas de reservas constituídas na controlada Santa Luzia, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil S.A. e o BNDES, que devem corresponder a três meses de serviço da dívida e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa. Em 30 de setembro de 2013, a garantia estava 100% integralizada.
- (e) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas diretas Bio Formosa e Bio Pedra. De acordo com o contrato com o BNDES, o faturamento de venda de energia é destinado às contas de reserva até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a três vezes o último serviço da dívida. Em 30 de setembro de 2013, a garantia estava 100% integralizada.
- (f) Refere-se a conta reserva constituída na controlada Salto Góes, de acordo com o contrato de financiamento com o BNDES, o faturamento de venda de energia é destinado às contas de reserva até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a três vezes o próximo serviço da dívida vencendo. Em 30 de setembro de 2013, a garantia estava 100% integralizada.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reservas são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como empréstimos recebíveis e mensurados pelo custo amortizado.

6.1. Aplicações financeiras

SPE	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						30/09/2013	31/12/2012
Bons Ventos	BNB	Fundo aberto	Indeterminado	Diversos	71,82%	23.513	-
						23.513	-

Representam o valor aplicado no Fundo Aberto BNB FI Curto Prazo. O fundo tem como característica aplicações em títulos federais e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Este fundo é remunerado a taxa média equivalente a 71,82% do CDI na data do balanço.

6.2. Títulos e valores mobiliários

SPE	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						30/09/2013	31/12/2012
SIIF Energies (a)	BNB	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	788	1.853
Bons Ventos (b)	Sulamérica	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	9	8
Bons Ventos (b)	BNB	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	203	200
Bons Ventos (b)	Itaú	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	105	100
						<u>1.105</u>	<u>2.161</u>

- (a) A controlada direta SIIF Energies possui títulos e valores mobiliários com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB no montante de R\$788, remunerados pela TR, referentes a títulos de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.
- (b) A controlada indireta Bons Ventos possui títulos e valores mobiliários com a SulAmerica S.A, Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB e Banco Itaú no montante de R\$317, remunerados pela TR, referentes a títulos de capitalização com prazos de vencimento superiores a 90 dias, de alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 referem-se a contas a receber de concessionárias e permissionárias de energia, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Circulante				
Concessionárias e permissionárias	28.065	5.248	146.692	170.898
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.587)	-
Total	<u>28.065</u>	<u>5.248</u>	<u>145.105</u>	<u>170.898</u>

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
CCEAR*	-	-	12.887	28.863
CER**	-	-	24.340	23.193
Mercado Livre	28.065	5.248	40.706	27.538
Proinfa	-	-	68.759	91.304
Total	<u>28.065</u>	<u>5.248</u>	<u>146.692</u>	<u>170.898</u>

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

Composição das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
A vencer	30/09/2013	30/09/2013
0 - 15 dias	4.148	31.432
16 - 30 dias	2.316	50.103
31 - 45 dias	21.601	42.866
Acima 45 dias	-	20.704
	28.065	145.105
Vencidos	-	1.587
Total	28.065	146.692

Em 30 de setembro de 2013, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R\$68.759 (47% do total) pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, (Proinfa), (ii) R\$29.319 (20% do total) pelo grupo CPFL, (acionista controlador); (iii) R\$22.293 (15% do total) pela Câmara de Comercialização Energia (iv) R\$6.735 (5% do total) por um grande consumidor e (v) R\$19.586 (13% do total) por outras empresas.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 30 dias da data do faturamento.

Foi constituída uma provisão para créditos vencidos no montante de R\$1.587 que se refere, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na liquidação financeira feita pela CCEE, relativa às transações realizadas no âmbito daquele mercado. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas quanto ao recebimento, a Companhia constituiu provisão para potencial perda.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Impostos de renda e contribuição social a compensar	264	264	10.684	11.275
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.157	9.496	23.930	26.766
COFINS	1.121	97	45.288	43.850
PIS	243	21	9.769	9.459
Outros	34	33	406	-
	2.819	9.911	90.077	91.350
Ativo circulante	2.819	6.783	60.125	53.317
Ativo não circulante	-	3.128	29.952	38.033
Total	2.819	9.911	90.077	91.350

O saldo da rubrica “Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF” refere-se a retenções sobre aplicações financeiras, foi gerado a partir das operações da Companhia e de suas controladas, não depende de decisões judiciais nem administrativas para sua realização, e é compensado com o pagamento do imposto devido.

Os saldos das rubricas “PIS” e “COFINS” a recuperar referem-se, basicamente, a créditos apurados na aquisição de bens para o ativo imobilizado nas controladas indiretas da SIIF Energies. Os créditos referentes à aquisição desses bens, notadamente máquinas e equipamentos utilizados na geração de energia elétrica, serão compensados com pagamento de PIS e COFINS das controladas indiretas da SIIF Energies na base de 1/48 avos do valor original.

9. OUTROS CRÉDITOS NÃO CIRCULANTES

<u>Não circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Créditos a receber - consórcios (a)	-	-	43.245	43.245
Provisão para perda Baldin Bioenergia S.A. (a)	-	-	(13.838)	(13.838)
Contratos de pré-compra de energia (a)	-	-	30.516	31.627
Ativos por indenização (b)	-	-	23.950	23.950
Outros créditos a receber	744	1.764	1.323	2.327
Total	<u>744</u>	<u>1.764</u>	<u>85.196</u>	<u>87.311</u>

(a) Baldin Bioenergia S.A.

A Administração da Baldin Bioenergia S.A. (parte não relacionada) protocolou, em 25 de junho de 2012, pedido de recuperação judicial.

No dia 8 de março de 2013, ocorreu a aprovação do Plano de Recuperação Judicial. A opção escolhida pela CPFL Renováveis para o recebimento possui as seguintes condicionantes:

- Com Garantia Real: (a) deságio de 25%; (b) pagamento do principal em parcela única com vencimento em 31.12.2025; e (c) remuneração de 110% do CDI, a serem pagos anualmente após dois anos de carência;
- Quirografários: (a) deságio de 35%; (b) pagamento do principal em parcela única com vencimento em 31.12.2025; (c) remuneração de 110% do CDI, a serem pagos anualmente após dois anos de carência.

Determinados credores interpuseram agravos de instrumento alegando que o Plano contemplaria ilegalidades e, em 25 de abril de 2013, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo decidiu conferir efeito suspensivo aos agravos interpostos, isto é, a decisão que homologou o Plano foi suspensa até a decisão final nos agravos.

Em agosto de 2013 o plano de recuperação judicial foi anulado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (“TJ/SP”), que determinou que um novo plano de recuperação deveria ser apresentado no prazo de 60 dias. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. apresentou embargos de declaração contra a decisão do TJ/SP e entende que os mesmos suspendem os efeitos dessa decisão, inclusive em relação ao prazo para apresentação de novo plano de recuperação. Consequentemente, a decisão do TJ/SP sobre os embargos apresentados e seus respectivos efeitos estão suspensos.

A Companhia estima que os embargos sejam julgados até final do exercício de 2013. A exposição total da Companhia relacionada às operações da Baldin Bioenergia S.A. compreende:

- (i) O montante de R\$29.407 inclui: (i) R\$36.871 de valor de principal, (ii) R\$6.374 de encargos financeiros e (iii) R\$13.838 de provisão para perdas no saldo a receber. Este saldo é referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., assim como no plano de recuperação judicial, registrou uma provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. no valor de R\$13.838 em 31 de dezembro de 2012. O saldo permanece o mesmo para o período findo em 30 de setembro de 2013.
- (ii) O montante de R\$30.516, refere-se ao contrato de pré-compra de energia, para o qual não foi registrada provisão para perda, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente e gerando energia.

Adicionalmente, a Companhia possui registrado no ativo imobilizado e intangível o montante de R\$51.763, referente ao custo incorrido na construção da usina termelétrica de cogeração. A Companhia não identificou a necessidade de registro de provisão para perda na realização deste ativo imobilizado, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente e gerando energia.

- (b) O montante de R\$23.950 refere-se à indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, conforme condições determinadas no contrato de compra e venda da Jantus no valor de R\$13.950 e Bons Ventos no valor de R\$10.000. A Companhia tem garantia de reembolso por parte dos vendedores da Jantus e Bons Ventos sobre determinadas contingências, caso estas sejam materializadas dentro do período contratual. Esse valor tem como contrapartida provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20).

10. PARTES RELACIONADAS

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	30/09/2012
Circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Banco Bradesco (nota nº 5)	330.525	74.279	-	-	7.211	3.843
	330.525	74.279	-	-	7.211	3.843
Valores a receber de pessoas ligadas (nota nº 7)						
CPFL Brasil	12.871	2.225	-	-	-	-
	12.871	2.225	-	-	-	-
Valores a receber de empresas ligadas (a)						
Alto Irani	27	30	-	-	-	-
Arvoredo	23	25	-	-	-	-
Barra da Paciência	27	30	-	-	-	-
Bioenergia	15	17	-	-	-	-
Bons Ventos	296	230	-	-	-	-
Chimney Empreendimentos	92	101	-	-	-	-
Cocais Grande	34	38	-	-	-	-
Corrente Grande	23	25	-	-	-	-
Eólica Formosa	46	63	-	-	-	-
Eólica Icarazinho	80	84	-	-	-	-
Eólica Paracuru	57	34	-	-	-	-
Jayaditya	50	55	-	-	-	-
Mohini	53	59	-	-	-	-
Ninho da Águia	34	38	-	-	-	-
Paíol	34	38	-	-	-	-
PCH Holding	-	29	-	-	-	-
Plano Alto	34	38	-	-	-	-
Salto Goês	23	-	-	-	-	-
Santa Clara I	34	-	-	-	-	-
Santa Clara II	27	-	-	-	-	-
Santa Clara III	27	-	-	-	-	-
São Gonçalo	46	67	-	-	-	-
Sif Cinco	30	46	-	-	-	-
Sul Centrais	72	80	-	-	-	-
Varginha	23	25	-	-	-	-
Várzea Alegre	11	13	-	-	-	-
	1.218	1.165	-	-	-	-
Total	344.614	77.669	-	-	7.211	3.843

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Mútuos:						
Sul Centrais (b)	3.833	3.610	-	-	223	-
Campos dos Ventos II (f)	42.050	-	-	-	518	-
Bio Formosa(f)	287	-	-	-	1	-
Bio Alvorada (f)	21.907	-	-	-	236	-
Bio Coopcana (f)	6.717	-	-	-	93	-
Lacenas (f)	1.128	-	-	-	10	-
Sócios não controladores (c)	3.674	3.401	-	-	273	-
	<u>79.596</u>	<u>7.011</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.354</u>	<u>-</u>
Dividendos:						
Bio Pedra	-	3.593	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>3.593</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>79.596</u>	<u>10.604</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.354</u>	<u>-</u>
Passivo circulante						
Mútuos:						
Arvoredo (f)	-	-	6.218	-	(140)	-
Barra da Paciência (f)	-	-	3.007	-	(69)	-
Cocais Grande (f)	-	-	4.021	-	(91)	-
Corrente Grande (f)	-	-	829	-	(19)	-
Ninho da Águia (f)	-	-	9.300	-	(211)	-
Paio (f)	-	-	3.470	-	(79)	-
São Gonçalo (f)	-	-	3.636	-	(81)	-
Varginha (f)	-	-	3.707	-	(12)	-
Varzea Alegre (f)	-	-	1.693	-	(29)	-
SIIF Énergies do Brasil (f)	-	-	1.014	-	-	-
T-15 (d)	-	-	12.810	12.810	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>49.705</u>	<u>12.810</u>	<u>(731)</u>	<u>-</u>
Fornecedor:						
Nect consultoria (nota nº14)	-	-	158	-	(1.416)	(3.320)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>49.863</u>	<u>12.810</u>	<u>(2.147)</u>	<u>(3.320)</u>
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	900	1.097	197	(204)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>900</u>	<u>1.097</u>	<u>197</u>	<u>(204)</u>
Resultado						
Venda de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	-	-	-	-	12.871	9.636
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.871</u>	<u>9.636</u>
Despesas operacionais						
Consultoria de sócios	-	-	-	-	(30)	(236)
Alocação com despesa de pessoal (a)	-	-	-	-	9.299	9.375
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.269</u>	<u>9.139</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>22.337</u>	<u>18.571</u>
Consolidado						
	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	30/09/2012
Circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Banco Bradesco (nota nº 5)	765.180	631.080	-	-	29.646	4.626
	<u>765.180</u>	<u>631.080</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.646</u>	<u>4.626</u>
Valores a receber de pessoas ligadas (nota nº 7)						
CPFL Brasil	27.358	7.694	-	-	-	-
CPFL Paulista	635	11.640	-	-	-	-
CPFL Piratininga	1.251	769	-	-	-	-
Cia de Luz e Força	50	8	-	-	-	-
RGE Rio Grande Energia	25	32	-	-	-	-
	<u>29.319</u>	<u>20.143</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>794.499</u>	<u>651.223</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.646</u>	<u>4.626</u>
Não circulante:						
Aplicações financeiras vinculadas (nota nº 6)						
Banco Bradesco	42.032	37.328	-	-	2.312	1.564
Mútuo:						
Sócios não controladores (c)	3.674	3.401	-	-	273	-
	<u>45.706</u>	<u>40.729</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.585</u>	<u>1.564</u>
Passivo circulante						
CPFL Brasil (nota nº18) (e)	-	-	4.268	-	-	-
CPFL Brasil (nota nº 14)	-	-	10.213	-	-	-
CPFL Paulista (nota nº14)	-	-	596	1.026	-	-
CPFL Serviços (nota nº14)	-	-	54	-	-	-
Nect consultoria (nota nº14)	-	-	158	336	(121)	(1.792)
RGE Rio Grande Energia (nota nº14)	-	-	6	6	-	-
Sócios não controladores (nota nº17)	-	-	4.378	4.252	(72)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.673</u>	<u>5.620</u>	<u>(193)</u>	<u>(1.792)</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.673</u>	<u>5.620</u>	<u>(193)</u>	<u>(1.792)</u>

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Patrimônio líquido					
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	900	1.097	197
Total	-	-	900	1.097	197
Resultado					
Venda de energia - mercado livre					
CPFL Brasil	-	-	-	-	165.667
CPFL Paulista	-	-	-	-	3.269
CPFL Piratininga	-	-	-	-	5.066
Cia de Luz e Força	-	-	-	-	130
RGE Rio Grande Energia	-	-	-	-	153
	-	-	-	-	174.285
Compra de energia - mercado livre					
CPFL Brasil	-	-	-	-	(13.126)
	-	-	-	-	(13.126)
Despesas operacionais					
Consultoria de sócios	-	-	-	-	(30)
Consultoria Nect	-	-	-	-	(1.416)
	-	-	-	-	(1.446)
Total resultado	-	-	-	-	159.713

- (a) Valores a receber de empresas ligadas: referem-se a rateios de despesas de operação e manutenção registradas na rubrica “outros créditos” no ativo circulante. Parte do pessoal da CPFL Renováveis é alocada para a operação e manutenção das usinas e o valor é cobrado das controladas por meio de rateio de despesas.
- (b) Mútuo realizado entre a CPFL Renováveis e a controlada indireta CPFL Sul Centrais, com prazo de um ano e taxa de juros de 8% ao ano para a quitação antecipada de empréstimo com o BNDES.
- (c) A controladora e um sócio não controlador celebraram contratos de mútuo, visando à concessão de financiamento, para que o acionista não controlador pudesse integralizar sua parcela de capital subscrito nas SPEs (em decorrência dos aumentos de capital pela CPFL Renováveis), evitando que sua participação acionária fosse diluída. Os contratos foram assinados em abril de 2012 e renovados em abril de 2013, com vigência de um ano, a remuneração é de 8% ao ano mais atualização monetária pelo IGP-M.
- (d) O saldo de R\$12.810 refere-se a acerto de contas a pagar para a controlada T-15 Energia S.A., como parte de pagamento na aquisição da BVP.
- (e) A controlada Bioenergia apresenta R\$4.268 relativos a faturamento antecipado da parte relacionada CPFL Brasil. A Companhia divulgou os contratos de compra e venda de energia vigentes com a CPFL Brasil na nota explicativa nº 28.3.
- (f) Referem-se a contratos de mútuo com a controladora CPFL Renováveis, com remuneração de 8% ao ano e atualização monetária pelo IGP-M, para capital de giro.

10.1. Informações financeiras das controladas

Conforme o disposto na letra “b” do item 37 do pronunciamento técnico, CPC 18 demonstramos abaixo as informações financeiras resumidas das controladas:

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Empresa	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Receita líquida		Lucro (Prejuízo)	
									Líquido	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Aiuruoca	14.043	13.472	356	42	13.687	13.430	-	-	(28)	(39)
Alto Irani	75.186	71.038	33.965	33.212	41.221	37.826	15.648	16.340	10.415	5.932
Arvoredo	97.702	100.686	42.125	45.946	55.349	54.740	9.166	8.698	609	611
Atlântica I	115.350	71.601	104.626	59.978	10.723	11.623	2.399	-	(900)	(399)
Atlântica II	116.480	71.480	109.272	59.971	7.208	11.509	2.854	-	(4.301)	(228)
Atlântica IV	133.435	75.156	124.057	63.809	9.378	11.347	3.754	-	(1.969)	(412)
Atlântica V	202.657	105.789	192.282	92.907	10.375	12.882	2.542	-	(2.507)	(496)
Baixa Verde	294	310	2	1	293	309	-	-	(16)	34
Barra da Paciência	131.852	129.706	68.339	72.633	63.513	57.073	17.201	15.254	6.440	3.580
Bio Alvorada	211.326	154.915	203.618	128.262	7.708	26.653	12.876	-	(18.945)	(574)
Bio Buriiti	151.440	151.145	4.774	3.928	146.666	147.217	22.331	21.491	1.453	2.886
Bio Coopcana	166.398	138.126	150.734	111.677	15.664	26.449	13.260	-	(10.785)	(494)
Bio Formosa	129.026	143.524	15.050	20.702	113.976	122.822	1.037	5.737	(9.191)	(2.819)
Bio Ipê	29.841	29.188	1.394	784	29.492	28.404	10.878	5.598	3.259	2.472
Bio Pedra	210.810	214.934	4.111	24.782	210.973	190.152	25.794	8.930	12.954	3.890
Bio Energia	115.052	137.172	71.206	92.362	43.846	44.810	15.537	10.773	(964)	502
Boa Vista 1	12	17	-	-	12	17	-	-	(5)	(4)
Boa Vista 2	3.033	2.752	550	145	2.483	2.607	-	-	(124)	(88)
BVP	785.330	776.382	520.696	536.715	209.420	239.667	105.642	56.065	26.064	16.486
Bons Ventos	167.491	137.186	(43.595)	(46.170)	262.968	183.356	-	-	23.301	-
Cachoeira Grande	7.566	7.529	8	-	7.558	7.529	-	-	29	40
Cajueiro	509	521	5	1	504	520	-	-	(15)	16
Campos dos Ventos I	9.448	14.241	222	4	9.226	14.237	-	-	(101)	(102)
Campos dos Ventos II	131.737	13.999	120.538	33	11.199	13.966	196	-	(2.767)	(120)
Campos dos Ventos III	9.182	14.228	353	35	8.828	14.193	-	-	(269)	(77)
Campos dos Ventos IV	129	176	4	3	125	173	-	-	(48)	109
Campos dos Ventos V	9.556	14.589	165	-	9.391	14.589	-	-	6	53
Chimay	137.516	149.062	16.622	17.236	120.894	131.826	28.561	35.289	11.028	26.189
Cocais Grande	52.008	53.252	27.178	29.024	24.751	24.228	5.662	6.664	523	834
Corrente Grande	99.858	103.698	48.948	53.315	50.910	50.383	9.376	9.115	527	(209)
Costa Branca	118.646	44.744	104.934	30.695	13.713	14.049	-	149	(320)	(229)
Costa das Dunas	914	954	(1)	1	915	953	-	-	(34)	100
Curral Velho	194	3	34	15	160	(12)	-	-	(17)	-
Eólica Formosa	476.480	485.081	384.114	398.430	91.465	86.651	55.199	59.945	4.815	8.727
Eólica Holding	98.017	62.531	87.095	48.650	10.922	13.881	-	-	(2.959)	(321)
Eólica Icaraizinho	276.019	269.002	198.333	194.681	77.502	74.321	41.778	47.758	13.181	17.482
Eólica Paracuru	118.495	117.132	84.899	83.333	33.230	33.799	21.546	23.836	9.432	9.902
Eurus V	115	162	4	3	112	159	-	-	(47)	109
Eurus VI	42.324	42.247	1.342	1.422	41.380	40.825	3.362	1.096	1.781	511
Farol de Touros	373	419	-	-	373	419	-	-	(41)	(20)
Figueira Branca	198	240	-	3	198	237	-	-	(39)	(19)
Gameleira	1.153	1.196	-	1	1.152	1.195	-	-	(43)	48
Jantus SL	-	-	-	-	-	-	-	-	8.488	40.563
Jayaditya	45.256	57.736	8.811	9.924	36.445	47.812	19.721	30.644	10.472	14.350
Juremas	63.525	21.246	49.803	7.474	13.721	13.772	-	-	(48)	(18)

	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Receita Líquida		Lucro (Prejuízo) Líquido	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Lacenas	108.474	108.225	61.196	64.055	47.278	44.170	18.743	-	3.108	-
Macacos	82.826	28.615	68.575	14.074	14.252	14.541	-	-	(274)	(153)
Mohini	76.727	89.718	5.011	7.941	71.716	81.777	26.683	31.711	14.990	19.540
Navegantes	7	13	22	-	(15)	13	-	-	(27)	(38)
Ninho da Águia	77.262	77.829	32.084	34.489	45.178	43.340	7.261	6.806	1.838	973
Paiol	105.713	105.458	65.779	70.419	39.934	35.039	13.132	12.664	4.895	3.292
PCH Holding	448.565	443.617	397	784	448.168	442.833	-	-	19.661	478
PCH Holding 2	195.761	192.442	213.520	192.442	(17.759)	-	-	-	(7.863)	(10.921)
PCH Participações	935.174	932.650	241.837	249.118	693.337	683.532	-	-	4.802	5.854
Pedra Preta	80.726	27.386	66.551	13.158	14.176	14.228	-	-	(50)	(43)
Penedo	1.818	1.820	10	1	1.809	1.819	-	-	(10)	(66)
Plano Alto	54.295	49.073	23.807	23.312	30.488	25.761	11.808	12.487	7.479	4.223
Pedra Cheirosa II	189	4	44	3	145	1	-	-	(17)	-
Bitupitá I	204	3	215	2	(11)	1	-	-	(8)	(3)
Bitupitá II	217	3	225	2	(8)	1	-	-	(5)	(3)
Bitupitá III	202	3	210	2	(8)	1	-	-	(5)	(3)
Cural Velho I	184	3	204	2	(20)	1	-	-	(17)	(3)
Cural Velho II	184	3	194	2	(10)	1	-	-	(7)	(3)
Cural Velho IV	181	2	189	1	(8)	1	-	-	(5)	(2)
Salto Góes	170.804	164.763	78.026	75.648	92.777	89.115	12.307	-	3.662	(365)
Santa Clara I	157.058	190.507	4.605	40.213	156.564	150.294	14.614	4.796	6.803	1.967
Santa Clara II	136.550	136.372	4.452	5.759	135.804	130.613	13.471	4.408	7.392	2.552
Santa Clara III	137.174	134.852	4.348	4.023	136.024	130.829	13.446	4.385	7.337	2.360
Santa Clara IV	142.498	141.467	4.359	5.759	140.663	135.708	13.474	4.411	7.660	2.471
Santa Clara VI	141.963	139.894	4.206	3.706	140.135	136.188	13.446	4.384	7.650	2.468
Santa Clara V	141.978	140.307	4.266	4.484	139.617	135.823	13.446	4.384	7.566	2.433
Santa Cruz	6.271	6.261	4	7	6.271	6.254	-	-	16	21
Santa Luzia	233.564	236.652	121.492	130.462	111.681	106.190	26.742	23.167	5.492	3.064
Santa Mônica	8.342	8.377	7	-	8.335	8.377	-	-	(42)	(88)
Santa Ursula	7.706	7.748	6	-	7.700	7.748	-	-	(48)	(73)
São Benedito	7.797	7.826	3	-	7.795	7.826	-	-	(31)	(73)
São Domingos	8.001	8.188	4	2	7.997	8.186	-	-	(189)	(80)
São Gonçalo	72.432	73.573	35.827	38.378	36.605	35.195	7.774	8.484	1.410	1.392
SIIF Cinco	120.709	122.292	95.193	100.280	25.246	22.012	16.947	17.677	3.234	1.835
SIIF Desenvolvimento	2.428	1.414	31.853	29.948	(29.424)	(28.534)	-	-	(890)	(1.942)
SIIF Energies	262.073	405.991	(32.330)	11.337	294.403	394.654	-	1	37.525	38.811
Solar I	8.978	8.927	8.851	8.840	127	87	162	-	40	(2)
Sul Centrais Elétricas	27.842	26.100	9.548	9.062	18.294	17.038	5.441	4.839	1.164	1.155
T-15	662.421	689.084	350.265	399.032	312.156	290.052	-	-	22.104	33.939
Tombo	937	936	5	1	931	935	-	-	(3)	(14)
Turbina 16	20	24	-	1	19	23	-	-	(5)	(1)
Turbina 17	19	24	1	1	18	23	-	-	(5)	(1)
Varginha	59.626	60.941	27.832	30.150	31.665	30.791	6.857	5.769	874	(339)
Varzea Alegre	57.046	58.060	25.629	27.437	31.417	30.623	5.368	5.382	794	159
Ventos de Santo Dimas	8.354	8.379	2	-	8.351	8.379	-	-	(28)	(74)
Ventos de São Martinho	8.028	8.197	13	1	8.014	8.196	-	-	(182)	(77)

10.2. Pagamentos baseados em ações

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de outubro de 2009, foi aprovado o Programa de 2009, com outorga de 1.114.938 opções de compra de ações. Em 9 de março de 2010, foi aprovado o Programa de 2010, com outorga de 1.220.791 opções de compra de ações. Em 01 de março de 2011, foi aprovado o Programa de 2011, com outorga de 2.350.000 opções de compra de ações, sendo que cada 5 (cinco) opções atribuem aos participantes à subscrição de 1 (uma) ação.

As opções somente poderiam ser exercidas pelos participantes do programa em caso de ocorrência de um dos dois eventos: (a) Oferta Pública inicial (“IPO”) (primária ou secundária) para ações ordinárias; e (b) alienação, direta ou indireta, por qualquer acionista da Companhia, de número de ações representativas de 10% ou mais do capital social da Companhia, a terceiros adquirentes, antes da ocorrência de um IPO. Com a conclusão da Oferta Pública de Ações, ocorrida em 19 de agosto de 2013 (nota explicativa nº1), os beneficiários passaram a poder exercer as opções em que o “vesting” já tinha ocorrido.

Os beneficiários do Plano de Opção de Ações poderão exercer suas opções dentro de até dez anos contados da respectiva outorga. O “vesting” das opções ocorreria em quatro anos, com liberações de 25% a partir do primeiro aniversário, 50% a partir do segundo aniversário, 75% a partir do terceiro aniversário e 100% a partir do quarto aniversário.

As opções em aberto a serem exercidas ao final dos planos de 2009, 2010 e 2011 representa o montante de 435.461 ações.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21.c), a Companhia agrupou suas ações na proporção 5 para 1. Para fins de apresentação, os quadros abaixo consideram o grupamento de ações.

<u>Séries de opções</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Data de outorga</u>	<u>Duração da opção (em anos)</u>	<u>Preço de exercício R\$</u>	<u>Valor justo na data da outorga R\$</u>	<u>Saldo Contabilizado</u>
Programa de 2009						
1ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,10	1,82	102
2ª Tranche	45.026	29/10/2009	10	8,30	1,55	70
3ª Tranche	27.873	29/10/2009	10	8,45	1,25	35
4ª Tranche	27.873	29/10/2009	10	8,65	1,33	37
	<u>156.520</u>					<u>244</u>
Programa de 2010						
1ª Tranche	48.832	09/03/2010	10	11,95	2,86	140
2ª Tranche	32.554	09/03/2010	10	12,25	3,02	98
3ª Tranche	<u>32.554</u>	<u>09/03/2010</u>	<u>10</u>	<u>12,50</u>	<u>2,74</u>	<u>89</u>
	<u>113.941</u>					<u>327</u>
Programa de 2011						
1ª Tranche	82.500	01/03/2011	10	12,80	1,93	159
2ª Tranche	<u>82.500</u>	<u>01/03/2011</u>	<u>10</u>	<u>13,10</u>	<u>2,06</u>	<u>170</u>
	<u>165.000</u>					<u>329</u>
Total no Patrimônio Líquido	<u><u>435.461</u></u>					<u><u>900</u></u>

Valor justo das opções de compra de ações outorgadas

A Companhia precificou as opções com o modelo de precificação de opções Black-Scholes. Quando relevante, a expectativa de vida usada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da Administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício (incluindo a probabilidade de atender às condições no mercado ligadas à opção) e aspectos comportamentais.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, foi estornado o montante de R\$197 na rubrica “Remuneração dos Administradores”.

Dados utilizados no modelo para precificação das opções:

	Programa 2009			
	1ª. Tranche	2ª. Tranche	3ª. Tranche	4ª. Tranche
Preço da ação na data de outorga	6,15	6,15	6,15	6,15
Preço de exercício	8,10	8,30	8,45	8,65
Volatilidade esperada (a)	41,9%	41,9%	41,9%	41,9%
Dividendos	1,37	1,93	2,53	2,53
Duração da Opção (b)	5,5	6,0	6,5	7,0
Taxa de juros livre de risco (c)	9,9%	9,9%	9,8%	9,8%

	Programa 2010			
	1ª. Tranche	2ª. Tranche	3ª. Tranche	4ª. Tranche
Preço da ação na data de outorga	9,20	9,20	9,20	9,20
Preço de exercício	11,95	12,25	12,50	12,80
Volatilidade esperada (a)	41,8%	41,8%	41,8%	41,8%
Dividendos	1,96	1,96	2,56	2,56
Duração da Opção (b)	5,5	6,0	6,5	7,0
Taxa de juros livre de risco (c)	10,3%	10,2%	10,2%	10,2%

	Programa 2011			
	1ª. Tranche	2ª. Tranche	3ª. Tranche	4ª. Tranche
Preço da ação na data de outorga	9,20	9,20	9,20	9,20
Preço de exercício	12,80	13,10	13,35	13,65
Volatilidade esperada (a)	37,3%	37,3%	37,3%	37,3%
Dividendos	2,79	2,79	3,39	3,39
Duração da Opção (b)	5,5	6,0	6,5	7,0
Taxa de juros livre de risco (c)	10,5%	10,4%	10,4%	10,3%

(a) Representa a volatilidade média do histórico de três anos das empresas do mesmo setor.

(b) Considerou-se que a opção será exercida na metade do período em que as opções exercíveis podem ser exercidas pelos participantes.

(c) Baseada nas previsões do Banco Central para a Selic na data da outorga.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e os exercícios de 2012, 2011 e de 2010 nenhuma opção foi exercida.

10.3. Pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 alcançou o montante de R\$4.931 (R\$4.114 em 2012), como segue:

	Controladora/Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012
Benefícios de curto prazo a empregados		
Salários e honorários	2.517	2.524
Encargos sociais e benefícios	1.055	891
Remuneração variável:		
Pagamento baseado em ações	(197)	204
Outros	1.556	495
Total	<u>4.931</u>	<u>4.114</u>

A Companhia e suas controladas não têm nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia e suas controladas também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11. INVESTIMENTOS

A composição é como segue:

	Controladora	
	30/09/2013	31/12/2012
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:		
Pelo patrimônio líquido da controlada	3.209.282	3.166.323
Adiantamentos para futuro aumento de capital	179.683	54.398
Direito de exploração de atividade de geração - autorização líquido dos efeitos fiscais	1.370.727	1.415.337
Total do investimento	<u>4.759.692</u>	<u>4.636.058</u>

	Controladora	
	30/09/2013	30/09/2012
Composição da equivalência patrimonial:		
Equivalência patrimonial	108.603	115.237
Amortização de juros capitalizados	(1.025)	-
Amortização direito de autorização (i)	(67.183)	(37.959)
Impostos diferidos (i)	22.573	12.825
Subtotal	<u>(44.610)</u>	<u>(25.134)</u>
Total	<u>62.968</u>	<u>90.103</u>

(i) Apresentado líquido R\$44.610 (conforme nota nº11) - Direito de exploração, líquido dos impostos diferidos

Participações em empresas controladas diretas e indiretas:

Informações gerais:

Controladas diretas	Quantidade	Participação	Patrimônio	Resultado	Participação		Resultado de	
	(mil) de	no	líquido	do	patrimônio líquido		equivalência patrimonial	
	ações/quotas	capital %		período	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	30/09/2012
		30/09/2013						
Alto Irani	1.510	100%	41.221	10.415	41.221	37.826	10.415	5.932
Atlântica I	125.404	100%	10.723	(900)	10.723	11.623	(900)	(399)
Atlântica II	118.568	100%	7.208	(4.301)	7.208	11.509	(4.301)	(228)
Atlântica IV	118.916	100%	9.378	(1.969)	9.378	11.347	(1.969)	(412)
Atlântica V	139.087	100%	10.375	(2.507)	10.375	12.882	(2.507)	(496)
Baixa Verde	54	95%	293	(17)	278	294	(16)	32
Bio Alvorada	41.020	100%	7.708	(18.945)	7.708	26.653	(18.945)	(574)
Bio Buriti	144.825	100%	146.666	1.453	146.666	147.217	1.453	2.886
Bio Coopcana	35.891	100%	15.664	(10.785)	15.664	26.449	(10.785)	(494)
Bio Energia	46.288	100%	43.846	(964)	43.846	44.810	(964)	502
Bio Formosa	126.910	100%	113.976	(9.191)	113.976	122.822	(9.191)	(2.819)
Bio Ipê	26.241	100%	29.492	3.259	29.492	29.495	3.259	2.472
Bio Pedra	204.972	100%	210.973	12.954	210.973	194.613	12.954	3.890
Boa Vista 1	892	100%	12	(5)	12	17	(5)	(4)
Boa Vista 2	2.938	100%	2.483	(124)	2.483	2.607	(124)	(88)
Cachoeira Grande	7.632	100%	7.558	29	7.558	7.529	29	40
Cajueiro	47	95%	504	(16)	479	494	(15)	15
Campos dos Ventos I	8.139	100%	9.226	(101)	9.226	14.237	(101)	(102)
Campos dos Ventos II	13.049	0%	11.199	-	-	-	-	(67)
Campos dos Ventos III	7.953	100%	8.828	(269)	8.828	14.193	(269)	(77)
Campos dos Ventos IV	64	100%	125	(48)	125	173	(48)	109
Campos dos Ventos V	7.845	100%	9.391	6	9.391	14.589	6	53
Chimay	85.538	0%	120.894	-	-	-	-	7.993
Costa Branca	14.566	95%	13.713	(337)	13.027	13.347	(320)	(87)
Costa das Dunas	61	90%	915	(38)	824	858	(34)	90
Eólica Holding	14.082	100%	10.922	(2.959)	10.922	13.881	(2.959)	(321)
Eurus V	57	100%	112	(47)	112	159	(47)	109
Eurus VI	36.495	100%	41.380	1.781	41.380	41.240	1.781	511
Farol de Touros	54	90%	373	(46)	336	377	(41)	(18)
Figueira Branca	47	100%	198	(39)	198	237	(39)	(19)
Gameleira	855	100%	1.152	(43)	1.152	1.195	(43)	48
Jantus	-	100%	-	-	-	255.179	-	40.563
Jayaditya	17.691	0%	36.445	-	-	-	-	4.468
Juremas	14.075	95%	13.721	(50)	13.035	13.083	(48)	(10)
Lacenas	43.455	100%	47.278	3.108	47.278	44.170	3.108	-
Macacos	15.417	95%	14.252	(288)	13.539	13.813	(274)	(51)
Mohini	59.933	0%	71.716	-	-	-	-	7.938
Navegantes	308	95%	(15)	(27)	-	11	-	(36)
PCH Holding	436.180	100%	448.168	19.661	448.168	442.833	19.661	478
PCH Participações	67.153.569	41%	693.337	9.805	284.240	280.220	4.020	2.347
Pedra Preta	14.594	95%	14.176	(53)	13.466	13.516	(50)	(7)
Penedo	2.000	100%	1.809	(10)	1.809	1.819	(10)	(66)
Plano Alto	1.337	100%	30.488	7.479	30.488	25.761	7.479	4.223
Salto Góes	74.919	100%	92.777	3.662	92.777	89.115	3.662	(365)
Santa Clara I	139.189	100%	156.564	6.803	156.564	154.583	6.803	1.967
Santa Clara II	136.697	100%	135.804	7.392	135.804	134.478	7.392	2.552
Santa Clara III	136.697	100%	136.024	7.337	136.024	134.164	7.337	2.360
Santa Clara IV	136.697	100%	140.663	7.660	140.661	138.341	7.660	2.471
Santa Clara V	136.697	100%	140.135	7.650	140.135	138.305	7.650	2.468
Santa Clara VI	136.697	100%	139.617	7.566	139.617	138.174	7.566	2.433
Santa Cruz	6.703	100%	6.271	16	6.270	6.254	16	21
Santa Mônica	8.163	100%	8.335	(42)	8.335	8.377	(42)	(88)
Santa Ursula	7.521	100%	7.700	(48)	7.700	7.748	(48)	(73)
São Benedito	7.620	100%	7.795	(31)	7.795	7.826	(31)	(73)
São Domingos	8.071	100%	7.997	(189)	7.997	8.186	(189)	(80)
SIIF Energies	327.895	100%	294.403	37.525	294.403	-	37.525	-
Solar 1	4	100%	127	40	127	87	40	(2)
Sul Centrais Elétricas	14.183	0%	18.294	-	-	-	-	467
T-15	9.969.135	100%	312.156	22.104	312.156	290.052	22.104	33.943
Tombo	1.239	100%	931	(3)	931	934	(3)	(14)
Turbina 16	34	100%	19	(5)	19	23	(5)	(1)
Turbina 17	27	100%	18	(5)	18	23	(5)	(1)
Ventos de Santo Dimas	8.200	100%	8.351	(28)	8.351	8.379	(28)	(74)
Ventos de São Martinho	8.090	100%	8.014	(182)	8.014	8.196	(182)	(77)
Subtotal					3.209.282	3.166.323	117.382	126.158
SIIF Desenvolvimento	1.958	100%	(29.424)	(890)	(29.424)	-	(890)	-
Navegantes	308	95%	(15)	(27)	(15)	-	(26)	-
PCH Holding 2	4.977	100%	(17.759)	(7.863)	(17.759)	(9.896)	(7.863)	(10.921)
					3.162.084	3.156.427	108.603	115.237

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Controladas indiretas	Quantidade	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação		Resultado de	
	(mil) de	no			patrimônio líquido		equivalência patrimonial	
	<u>ações/quotas</u>	<u>capital %</u>			<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
		30/09/2013						
Aiuruoca	21.303	100%	13.687	(28)	13.687	13.430	(28)	(39)
Arvoredo	45.995	100%	55.349	609	55.349	54.740	609	611
Barra da Paciência	31.264	100%	63.513	6.440	63.513	57.073	6.440	3.580
Bitupitá I	164	100%	(11)	(8)	(11)	(4)	(8)	-
Bitupitá II	219	100%	(8)	(5)	(8)	(4)	(5)	-
Bitupitá IV	164	100%	(8)	(5)	(8)	(4)	(5)	-
Bons Ventos	233.067	100%	262.968	23.301	262.968	239.667	23.301	7.724
BVP	311.106	100%	209.420	26.064	209.420	183.356	26.064	16.486
Campos dos Ventos II	13.049	100%	11.199	(2.767)	11.199	13.966	(2.767)	(120)
Chimay	85.538	100%	120.894	11.028	120.534	131.826	11.028	26.189
Cocais Grande	15.377	100%	24.751	523	24.751	24.228	523	834
Corrente Grande	27.521	100%	50.910	527	50.910	50.383	527	(209)
Curral Velho I	155	100%	(20)	(17)	(20)	(4)	(17)	-
Curral Velho II	150	100%	(10)	(7)	(10)	(4)	(7)	-
Curral Velho IV	145	100%	(8)	(5)	(8)	(4)	(5)	-
Eólica Formosa	92.900	100%	91.465	4.815	91.465	86.651	4.815	8.727
Eólica Icaraízinho	57.930	100%	77.502	13.181	77.502	74.321	13.181	17.482
Eólica Paracuru	22.230	100%	33.230	9.432	33.230	33.799	9.432	9.902
Jayaditya	17.691	100%	36.445	10.472	36.064	47.812	10.472	14.350
Mohini	59.933	100%	71.716	14.990	71.342	81.777	14.990	19.540
Ninho da Águia	33.897	100%	45.178	1.838	45.178	43.340	1.838	973
Paíol	27.428	100%	39.934	4.895	39.934	35.039	4.895	3.292
PCH Participações	67.153.569	59%	693.337	8.139	408.086	403.284	4.802	3.454
Pedra Cheirosa I	173	100%	160	(9)	160	(4)	(9)	-
Pedra Cheirosa II	163	100%	145	(17)	145	(1)	(17)	(3)
Santa Luzia	89.288	100%	111.681	5.492	111.681	106.190	5.492	3.064
São Gonçalo	28.734	100%	36.605	1.410	36.605	35.195	1.410	1.392
SIIF Cinco	24.030	100%	25.246	3.234	25.246	22.012	3.234	1.835
SIIF Desenvolvimento	1.958	0%	-	-	-	-	-	-
SIIF Energies	327.895	-	-	-	-	394.654	-	(14.814)
SUL Centrais Elétricas	14.183	100%	18.294	1.164	18.202	17.038	1.164	1.155
Varginha	20.692	100%	31.665	874	31.665	30.791	874	(339)
Varzea Alegre	24.644	100%	31.417	794	31.417	30.623	794	159

Movimentação dos investimentos no período findo em 30 de setembro de 2013 - controladora:

	Saldo em 31/12/2012	Aumento / (Reduções) de capital	Amortização da capitalização de juros	Transferência de investimento	Incorporação	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos Pagos	Saldo em 30/09/2013
Alto Irani	37.826	-	-	-	-	10.415	(7.020)	41.221
Atlântica I	11.623	-	-	-	-	(900)	-	10.723
Atlântica II	11.509	-	-	-	-	(4.301)	-	7.208
Atlântica IV	11.347	-	-	-	-	(1.969)	-	9.378
Atlântica V	12.882	-	-	-	-	(2.507)	-	10.375
Baixa Verde	294	-	-	-	-	(16)	-	278
Bio Alvorada	26.653	-	-	-	-	(18.945)	-	7.708
Bio Buriú	147.217	-	-	-	-	1.453	(2.004)	146.666
Bio Coopcana	26.449	-	-	-	-	(10.785)	-	15.664
Bio Energia	44.810	-	-	-	-	(964)	-	43.846
Bio Formosa	122.822	345	-	-	-	(9.191)	-	113.976
Bio Ipê	29.495	-	(46)	-	-	3.259	(3.216)	29.492
Bio Pedra	194.613	-	(187)	-	-	12.954	3.593	210.973
Boa Vista 1	17	-	-	-	-	(5)	-	12
Boa Vista 2	2.607	-	-	-	-	(124)	-	2.483
Cachoeira Grande	7.529	-	-	-	-	29	-	7.558
Cajueiro	494	-	-	-	-	(15)	-	479
Campos dos Ventos I	14.237	(4.910)	-	-	-	(101)	-	9.226
Campos dos Ventos III	14.193	(5.096)	-	-	-	(269)	-	8.828
Campos dos Ventos IV	173	-	-	-	-	(48)	-	125
Campos dos Ventos V	14.589	(5.204)	-	-	-	6	-	9.391
Costa Branca	13.347	-	-	-	-	(320)	-	13.027
Costa das Dunas	858	-	-	-	-	(34)	-	824
Eólica Holding	13.881	-	-	-	-	(2.959)	-	10.922
Eurus V	159	-	-	-	-	(47)	-	112
Eurus VI	41.240	-	(17)	-	-	1.781	(1.624)	41.380
Farol de Touros	377	-	-	-	-	(41)	-	336
Figueira Branca	237	-	-	-	-	(39)	-	198
Gameleira	1.195	-	-	-	-	(43)	-	1.152
Jantus	255.179	-	-	(255.179)	1.165	(1.165)	-	-
Juremas	13.083	-	-	-	-	(48)	-	13.035
Lacenas	44.170	-	-	-	-	3.108	-	47.278
Macacos	13.813	-	-	-	-	(274)	-	13.539
Navegantes (*)	11	-	-	15	-	(26)	-	-
PCH Holding	442.833	-	-	-	-	19.661	(14.326)	448.168
PCH Participações	280.220	-	-	-	-	4.020	-	284.240
Pedra Preta	13.516	-	-	-	-	(50)	-	13.466
Penedo	1.819	-	-	-	-	(10)	-	1.809
Plano Alto	25.761	-	-	-	-	7.479	(2.752)	30.488
Salto Góes	89.115	-	-	-	-	3.662	-	92.777
Santa Clara I	154.583	-	(179)	-	-	6.803	(4.643)	156.564
Santa Clara II	134.478	-	(161)	-	-	7.392	(5.907)	135.802
Santa Clara III	134.164	82	(139)	-	-	7.337	(5.420)	136.024
Santa Clara IV	138.341	-	(110)	-	-	7.660	(5.228)	140.663
Santa Clara V	138.305	-	(103)	-	-	7.650	(5.717)	140.135
Santa Clara VI	138.174	-	(83)	-	-	7.566	(6.040)	139.617
Santa Cruz	6.254	-	-	-	-	16	-	6.270
Santa Mônica	8.377	-	-	-	-	(42)	-	8.335
Santa Ursula	7.748	-	-	-	-	(48)	-	7.700
São Benedito	7.826	-	-	-	-	(31)	-	7.795
São Domingos	8.186	-	-	-	-	(189)	-	7.997
SIIF Energies	-	-	-	283.713	-	38.690	(28.000)	294.403
Solar 1	87	-	-	-	-	40	-	127
T-15	290.052	-	-	-	-	22.104	-	312.156
Tombo	934	-	-	-	-	(3)	-	931
Turbina 16	23	1	-	-	-	(5)	-	19
Turbina 17	23	-	-	-	-	(5)	-	18
Ventos de Santo Dimas	8.379	-	-	-	-	(28)	-	8.351
Ventos de São Martinho	8.196	-	-	-	-	(182)	-	8.014
Subtotal do investimento	3.166.323	(14.782)	(1.025)	28.549	1.165	117.356	(88.304)	3.209.282
PCH Holding 2 (*)	(9.896)	-	-	-	-	(7.863)	-	(17.759)
Navegantes (*)	-	-	-	(15)	-	-	-	(15)
SIIF Desenvolvimento (*)	-	-	-	(28.534)	-	(890)	-	(29.424)
Total do investimento	3.156.427	(14.782)	(1.025)	-	1.165	108.603	(88.304)	3.162.084

(*) Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.

Direitos de exploração líquidos dos impostos diferidos

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPES:

	Controladora		
	Saldo em 31/12/2012	Amortização	Saldo em 30/09/2013
Aiuruoca	24.163	(1.353)	22.810
Alto Irani	107.493	(3.927)	103.566
Arvoredo	22.419	(1.038)	21.381
Atlântica I	308	-	308
Atlântica II	308	-	308
Atlântica IV	308	-	308
Atlântica V	308	-	308
Baiva Verde	3.200	-	3.200
Barra da Paciência	30.950	(1.731)	29.219
Boa Vista 2	48.873	-	48.873
Cachoeira Grande	1.752	-	1.752
Cajueiro	4.890	-	4.890
Campos dos Ventos I	3.227	-	3.227
Campos dos Ventos II	5.578	-	5.578
Campos dos Ventos III	3.227	-	3.227
Campos dos Ventos IV	3.227	-	3.227
Campos dos Ventos V	3.227	-	3.227
Cocais Grande	17.245	(798)	16.447
Corrente Grande	19.125	(1.056)	18.069
Costa Branca	32.311	-	32.311
Costa das Dunas	1.851	-	1.851
Eólica Formosa	142.323	(5.299)	137.024
Eólica Icaraízinho	219.468	(8.439)	211.029
Eólica Paracuru	145.056	(5.376)	139.680
Eurus V	3.227	-	3.227
Eurus VI	1.289	(32)	1.257
Farol de Touros	2.144	-	2.144
Figueira Branca	1.608	-	1.608
Gemeleira	2.144	-	2.144
Juremas	25.551	-	25.551
Lacenas	11.706	(422)	11.284
Macacos	33.471	-	33.471
Ninho da Águia	17.245	(798)	16.447
Paio I	34.490	(1.596)	32.894
Pedra Preta	33.475	-	33.475
Penedo	24.210	-	24.210
Plano Alto	80.031	(2.964)	77.067
Salto Góes	36.591	(992)	35.599
Santa Clara I	5.144	(126)	5.018
Santa Clara II	5.144	(126)	5.018
Santa Clara III	5.144	(126)	5.018
Santa Clara IV	5.144	(126)	5.018
Santa Clara V	5.144	(126)	5.018
Santa Clara VI	5.144	(126)	5.018
Santa Cruz	850	-	850
Santa Mônica	5.963	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	5.963
São Benedito	5.963	-	5.963
São Domingos	5.963	-	5.963
São Gonçalo	18.969	(876)	18.093
SIIF Cinco	86.183	(3.198)	82.985
Siif Desenvolvimento	48.726	(2.631)	46.095
Tombo	17.493	-	17.493
Varginha	15.520	(723)	14.797
Varzea Alegre	12.935	(605)	12.330
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	5.963
Total do direito de exploração, líquido impostos diferidos	1.415.337	(44.610)	1.370.727

O direito de exploração será amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações/concessões, a partir da entrada em operação dos empreendimentos.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos.

Incorporação

Incorporação de empresa subsidiária integral.

a) Jantus

Em 26 de março de 2013, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da sua subsidiária integral Jantus S.L., nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e do Laudo de Avaliação relacionado à Incorporação, também aprovados na referida data, mediante prévia recomendação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 29 de novembro de 2012.

Conforme decisão da CVM, prevista no OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-1/nº 725/12, a Companhia foi dispensada, com base na Deliberação nº 559, de 18 de novembro de 2008, emitida pela CVM, de atender aos requisitos dispostos nos artigos 264 da Lei das S.A. e na Instrução CVM nº 319/99.

A Jantus S.L. detinha, direta ou indiretamente, 100% do capital social da SIIF Énergies do Brasil Ltda. e da SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda., as quais passaram, após a incorporação, a ser controladas diretas da Companhia. Como resultado da incorporação, a Jantus foi extinta, e a totalidade das ações representativas de seu capital social detida pela Companhia foi cancelada, mantendo-se inalterado o capital social da Companhia após a incorporação.

Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora	
	Ativo	
	30/09/2013	31/12/2012
Alto Irani	1.541	1.541
Atlântica V	5.770	-
Bio Alvorada	33.440	-
Bio Coopcana	17.875	-
CPFL Bio Formosa	-	345
CPFL Bioenergia	1.205	-
Boa Vista 2	550	140
Campos dos Ventos I	207	-
Campos dos Ventos II	440	-
Campos dos Ventos III	345	-
Campos dos Ventos V	160	-
Costa Branca	7.401	290
Eólica Holding	87.093	45.248
Juremas	4.340	300
Lacenas Participações	4.180	2.817
Macacos	5.850	380
Navegantes	20	-
PCH Participações	34	34
Pedra Preta	5.345	-
Penedo	10	380
Santa Clara I	-	2
Santa Ursula	-	2
Santo Dimas	-	2
São Benedito	-	2
São Domingos	-	2
SIIF Desenvolvimento	970	-
Solar 1	2.891	2.901
T-15	10	10
Tombo	5	-
Turbina 16	-	1
Turbina 17	1	1
	<u>179.683</u>	<u>54.398</u>

12. IMOBILIZADO

Controladora							
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2012	3.447	776	5.218	460	816	1.733	12.450
Custo histórico	3.447	871	5.845	573	1.139	1.733	13.608
Depreciação acumulada	-	(95)	(627)	(113)	(323)	-	(1.158)
Adições	-	-	-	-	-	1.179	1.179
Baixas	-	-	-	(165)	-	-	(165)
Transferências	366	730	477	(1)	210	(2.462)	(680)
Depreciação	-	(40)	(325)	(61)	(59)	-	(485)
Baixa da depreciação	-	-	-	41	-	-	41
Transferência - Depreciação	-	46	345	39	250	-	680
Saldo em 30/09/2013	3.813	1.512	5.715	313	1.217	450	13.020
Custo histórico	3.813	1.601	6.322	407	1.349	450	13.942
Depreciação acumulada	-	(89)	(607)	(94)	(132)	-	(922)
Taxa média depreciação	-	3 a 4	5 a 6	17 a 18	7 a 8	-	

Consolidado								
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras (a)	Edificações, obras civis e benfeitoria (a)	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2012	77.042	715.263	480.581	2.770.915	976	4.272	585.297	4.634.346
Custo histórico	79.960	895.702	587.783	3.197.192	1.161	6.034	585.297	5.353.129
Depreciação acumulada	(2.918)	(180.439)	(107.202)	(426.277)	(185)	(1.762)	-	(718.783)
Adições	-	-	-	25	-	-	744.002	744.027
Baixas	-	-	-	(1.071)	(166)	-	-	(1.237)
Transferências	4.652	(61.342)	168.202	210.009	67	(141)	(321.447)	-
Transferências - Outros Ativos (*)	-	6.246	(149.259)	143.642	-	-	8.587	9.216
Depreciação	(2.262)	(22.424)	(15.365)	(122.395)	(132)	(402)	-	(162.980)
Baixa da depreciação	-	-	-	110	42	-	-	152
Transferência - Depreciação (*)	-	-	17.942	(16.184)	(2)	381	-	2.137
Saldo em 30/09/2013	79.432	637.743	502.101	2.985.051	785	4.110	1.016.439	5.225.661
Custo histórico	84.612	840.606	606.726	3.549.797	1.062	5.893	1.016.439	6.105.135
Depreciação acumulada	(5.180)	(202.863)	(104.625)	(564.746)	(277)	(1.783)	-	(879.474)
Taxa média depreciação	3 a 4	3 a 4	3 a 4	5 a 6	17 a 18	7 a 8	-	

(*) O valor de R\$ 11.353 refere-se a transferência do ativo intangível

- (a) A Companhia concluiu, no primeiro trimestre de 2013, o processo de revisão do controle patrimonial da companhia BVP, adquirida em 19 de junho de 2012. Como resultado deste processo de revisão, a Companhia procedeu à reclassificação do montante líquido de R\$266.778, de edificações e benfeitorias para máquinas e equipamentos. A referida reclassificação não implicou a alteração da despesa de depreciação, tendo em vista que os bens se encontravam registrados com as vidas úteis adequadas.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía saldo de imobilizado em curso das seguintes SPEs:

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Imobilizado em curso	Saldo líquido		Data prevista de entrada em operação (**)
	30/09/2013	31/12/2012	
Aiuroca	14.030	11.515	(*)
Atlantica I	64.535	23.120	1T14
Atlantica II	65.296	22.727	1T14
Atlantica IV	92.011	25.743	1T14
Atlantica V	180.561	74.491	4T13
Baixa Verde	142	137	(*)
Bio Alvorada	192.313	95.733	4T13
Bio Coopcana	-	78.801	em operação
Boa Vista II	1.600	1.304	(*)
Cachoeira Grande	6.502	3.453	(*)
Cajueiro	114	114	(*)
Campos dos Ventos I	7.433	7.324	1T16
Campos dos Ventos II	-	11.678	em operação
Campos dos Ventos III	7.804	7.680	1T16
Campos dos Ventos V	7.252	7.051	1T16
Costa Branca	110.620	43.277	1T14
Costa das Dunas	331	331	(*)
Farol de Touros	173	173	(*)
Figueira Branca	94	94	(*)
Gameleira	551	551	(*)
Jurema	43.651	17.230	4T13
Macacos	57.134	23.280	1T14
Pedra Preta	55.737	22.090	1T14
Penedo	985	985	(*)
Santa Cruz	5.673	3.544	(*)
Santa Mônica	7.558	7.510	3T16
Santa Úrsula	6.886	6.863	3T16
São Benedito	6.972	6.955	3T16
São Domingos	7.510	7.457	3T16
Tombo	933	933	(*)
Ventos de Santo Dimas	7.558	7.518	3T16
Ventos de São Martinho	7.520	7.460	3T16
Pedro Cheirosa I	177	-	(*)
Pedro Cheirosa II	177	-	(*)
Bitupitá I	188	-	(*)
Bitupitá II	188	-	(*)
Bitupitá III	188	-	(*)
Curral Velho I	164	-	(*)
Curral Velho II	164	-	(*)
Curral Velho III	161	-	(*)
Outros projetos	55.553	58.175	(*)
Total	1.016.439	585.297	

(*) Empreendimento em fase de preparação

(**) Informação não revisada pelos auditores independentes

As autorizações das PCHs e dos parques eólicos poderão ser renovadas no final dos seus respectivos prazos. As concessões de PCH deverão ser devolvidas ao Poder Concedente no final de seus respectivos prazos.

A contribuição de capital com determinados ativos de geração das empresas integrantes do Grupo CPFL, realizada na data-base 31 de julho de 2011, na atual CPFL Renováveis, incluiu saldo de R\$56.973 (valor original), líquido de amortização acumulada até aquela data, referente ao custo atribuído dos bens do imobilizado (“deemed cost”), registrado no processo de convergência das novas normas contábeis brasileiras. Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído, enquanto outros ativos de empreendimentos recentemente construídos foram mantidos ao custo de aquisição, que na avaliação da Administração estavam próximos dos respectivos valores de mercado. Parte desses ativos imobilizados foi avaliada ao seu respectivo valor de mercado, com base em laudo de avaliação preparado por empresa de engenharia independente, especializada em avaliação patrimonial. O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$56.973, foi registrado no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”. Em 30 de setembro de 2013, o saldo desta rubrica era de R\$53.877.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, foi registrada despesa de depreciação no montante de R\$162.980 (consolidado), sendo que R\$162.495 classificada no grupo “Custos de geração de energia” na rubrica “Depreciação e amortização”, R\$485 (controladora) no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

Início de operação e atraso nas obras das Usinas do Grupo

a) Bio Coopcana

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em seu despacho nº 2.988/13 e conforme resolução nº 3.328/12, em 28 de agosto de 2013, entrou em operação a Usina Termelétrica Movida à Biomassa Coopcana (“UTE Coopcana”), localizada no Município São Carlos do Ivaí, Estado do Paraná.

A UTE Coopcana, com potência instalada de 50 MW, teve sua energia vendida no Mercado Livre com o prazo de fornecimento de 21 anos e 18 MW médios de energia contratada.

b) Campo dos Ventos II

A ANEEL publicou, em 03 de outubro de 2013, o Despacho nº 3.333, que considera o Parque Eólico Campo dos Ventos II com 30MW de capacidade instalada, localizado no município de João Câmara no Rio Grande do Norte, contratado no Leilão de Energia de Reserva (LER) 2010, apto para entrada em operação a partir do dia 27 de setembro de 2013.

Em virtude das linhas de transmissão para conexão à Rede Básica não terem sido concluídas até a data de entrada em operação comercial, esses empreendimentos estão impossibilitados de gerar e transmitir energia elétrica temporariamente. Diante desse fato

excepcional, a ANEEL emitiu o Despacho nº 3333 para solucionar a questão do fluxo de caixa desse negócio. Assim sendo, e conforme o Despacho, a Campo dos Ventos fará jus ao recebimento da respectiva receita fixa de acordo com a Subcláusula 5.12 do Contrato de Energia de Reserva - CER, as obrigações de pagamento referentes aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST ficam mantidas.

c) Atraso na entrada em operação.

Em 30 de setembro de 2013, as seguintes controladas em construção estão com as obras em atraso:

Controlada	Data inicialmente prevista para entrada em operação	Data atualmente prevista para entrada em operação
Bio Alvorada	2T13	4T13
Atlântica I	3T13	1T14
Atlântica II	3T13	1T14
Atlântica IV	3T13	1T14
Atlântica V	3T13	4T13

A postergação da entrada em operação nestas obras decorre de atraso na construção da caldeira da Bio Alvorada e de atrasos por parte dos fornecedores na construção das usinas do Complexo Atlânticas. A Companhia firmou contratos de compra de energia de curto prazo para honrar os compromissos assumidos (vide nota explicativa nº 28.4).

13. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do saldo do intangível é como segue:

	Controladora
	Outros ativos intangíveis
Saldo em 31/12/2012	9.017
Custo histórico	10.159
Amortização acumulada	(1.142)
Adições	421
Amortização	(1.493)
Baixa	(208)
Saldo em 30/09/2013	7.737
Custo histórico	10.372
Amortização acumulada	(2.635)

Taxa média anual de amortização - %

9 a 10

	Consolidado		
	Direito de concessão		
	Adquirido em combinações de negócios	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2012	2.981.122	41.121	3.022.243
Custo histórico	3.139.298	45.713	3.185.010
Amortização acumulada	(158.176)	(4.591)	(162.767)
Adições	-	1.684	1.684
Amortização	(96.420)	(2.679)	(99.099)
Baixa	-	(625)	(625)
Transferência (*)	-	(9.216)	(9.216)
Transferência - Depreciação (*)	-	(2.137)	(2.137)
Saldo em 30/09/2013	2.884.702	28.148	2.912.850
Custo histórico	3.139.298	37.555	3.176.853
Amortização acumulada	(254.596)	(9.407)	(264.003)
Taxa média anual de amortização - %	3 a 4	9 a 10	

(*) O valor de R\$ 11.353 refere-se a transferência do ativo imobilizado

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPEs:

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Consolidado						
	Saldo em 31/12/2012	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/09/2013
Aiuruoca	49.394	-	-	(2.125)	-	47.269
Alto Irani	159.784	-	-	(5.964)	-	153.820
Arvoredo	35.674	-	-	(1.541)	-	34.133
Atlânticas I	468	-	-	-	-	468
Atlânticas II	468	-	-	-	-	468
Atlânticas IV	469	-	-	-	-	469
Atlânticas V	468	-	-	-	-	468
Baixa Verde	5.057	-	-	-	-	5.057
Barra da Paciência	63.114	-	-	(2.720)	-	60.394
Boa Vista II	74.049	-	-	-	-	74.049
Bons Ventos	738.085	-	-	(27.129)	-	710.956
Cachoeira Grande	2.654	-	-	-	-	2.654
Cajueiro	7.899	-	-	-	-	7.899
Campos dos Ventos I	3.227	-	-	-	-	3.227
Campos dos Ventos II	5.576	-	-	-	-	5.576
Campos dos Ventos III	3.227	-	-	-	-	3.227
Campos dos Ventos IV	3.227	-	-	-	-	3.227
Campos dos Ventos V	3.227	-	-	-	-	3.227
Cocais Grande	27.441	-	-	(1.181)	-	26.260
Corrente Grande	38.418	-	-	(1.658)	-	36.760
Costa Branca	49.482	-	-	-	-	49.482
Costas das Dunas	5.278	-	-	-	-	5.278
Eurus V	3.225	-	-	-	-	3.225
Eurus VI	1.290	-	-	(44)	-	1.246
Farol de Touros	4.060	-	-	-	-	4.060
Figueira Branca	2.436	-	-	-	-	2.436
Siif Cinco	131.598	-	-	(5.085)	-	126.513
Gameleira	3.248	-	-	-	-	3.248
Eólica Icaraízinho	332.431	-	-	(12.838)	-	319.593
Juremas	40.751	-	-	-	-	40.751
Lacenas	17.692	-	-	(688)	-	17.004
Macacos	53.384	-	-	-	-	53.384
Ninho da Águia	27.441	-	-	(1.181)	-	26.260
Paíol	54.882	-	-	(2.369)	-	52.513
Eólica Paracuru	220.931	-	-	(8.528)	-	212.403
PCH Holding 2	85.360	-	-	(2.106)	-	83.254
Pedra Preta	53.390	-	-	-	-	53.390
Penedo	36.682	-	-	-	-	36.682
Plano Alto	118.765	-	-	(4.509)	-	114.256
Eólica Formosa	216.874	-	-	(8.374)	-	208.500
Salto Goes	55.442	-	-	(1.502)	-	53.940
Santa Clara I	5.145	-	-	(127)	-	5.018
Santa Clara II	5.145	-	-	(127)	-	5.018
Santa Clara III	5.145	-	-	(127)	-	5.018
Santa Clara IV	5.145	-	-	(127)	-	5.018
Santa Clara V	5.145	-	-	(127)	-	5.018
Santa Clara VI	5.145	-	-	(126)	-	5.019
Santa Cruz	1.288	-	-	-	-	1.288
Santa Mônica	5.963	-	-	-	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	-	-	5.963
São Benedito	5.963	-	-	-	-	5.963
São Domingos	5.963	-	-	-	-	5.963
São Gonçalo	30.185	-	-	(1.298)	-	28.887
Siif Desenvolvimento	74.651	-	-	(2.880)	-	71.771
Tombo	26.505	-	-	-	-	26.505
Varginha	24.696	-	-	(1.064)	-	23.632
Várzea Alegre	20.581	-	-	(875)	-	19.706
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	-	-	5.963
Direito de autorização	2.981.122	-	-	(96.420)	-	2.884.702

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, no consolidado foi registrada despesa de amortização do direito de exploração no valor de R\$96.420 (R\$78.837 para o mesmo período em 2012), classificada no grupo “Despesas operacionais”.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, foi registrada despesa de amortização de outros intangíveis no montante de R\$2.679 (consolidado), sendo que R\$1.186 (consolidado) classificado no grupo “Custos de geração de energia” na rubrica “Depreciação e amortização”, R\$1.493 (controladora/consolidado) no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método da linha reta a partir da data de entrada em operação.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	16.265	1.120	46.205	19.147
Encargos de uso da rede elétrica	-	886	825	1.452
Materiais e serviços	3.512	7.327	46.447	55.538
Total	<u>19.777</u>	<u>9.333</u>	<u>93.477</u>	<u>76.137</u>
Não circulante				
Materiais e serviços	-	-	-	4.467
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.467</u>
Total	<u>19.777</u>	<u>9.333</u>	<u>93.477</u>	<u>80.604</u>

A CPFL Renováveis coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Controladora										
30/09/2013					30/12/2012					
Principal					Principal					
Encargos circulante	Circulante	Total circulante	Não circulante	Total	Encargos circulante	Circulante	Total circulante	Não circulante	Total	
Mensuradas ao custo										
Moeda nacional										
BNDES - Repotenciação	6	2.047	2.053	-	2.053	16	3.601	3.617	1.217	4.834
BNDES - Investimento	2.330	77.674	80.004	873.058	953.062	9.991	63.627	73.618	910.048	983.666
Instituições financeiras	3.333	150.000	153.333	-	153.333	-	-	-	-	-
Total	5.669	229.721	235.390	873.058	1.108.448	10.007	67.228	77.235	911.265	988.500

Controladora							
Saldo em 31/12/2012	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	Saldo em 30/09/2013
988.500	151.240	50.057		-	(47.901)	(33.448)	1.108.448

Consolidado										
30/09/2013					30/12/2012					
Encargos circulante	Principal				Total	Encargos circulante	Principal			
	Circulante	Total	Não	Total			Circulante	Total	Não	Total
		circulante	circulante					circulante	circulante	
Mensuradas ao custo										
Moeda nacional										
BNDES - Repotenciação	6	2.047	2.053	-	2.053	16	3.601	3.617	1.217	4.834
BNDES - Investimento	11.813	621.357	633.170	1.784.549	2.417.719	12.596	256.812	269.408	1.734.488	2.003.896
Instituições financeiras	19.886	395.544	415.430	710.658	1.126.088	15.867	425.024	440.891	749.380	1.190.271
Total	31.705	1.018.948	1.050.653	2.495.207	3.545.860	28.479	685.437	713.916	2.485.085	3.199.001

Consolidado							
Saldo em 31/12/2012	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	Saldo em 30/09/2013
3.199.001	1.032.873	189.707		1.463	(731.244)	(145.940)	3.545.860

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Mensuradas ao custo	Consolidado		Remuneração anual	Condições de Amortização	Principais garantias
	30/09/2013	31/12/2012			
Moeda nacional					
BNDES - Repotenciação					
Banco do Brasil e Itaú	2.053	4.818	TJLP + 3,1% a 4,3%	72 a 75 parcelas mensais a partir de setembro de 2007 e julho de 2008	Aval e Fiança da CPFL Energia e nota promissória
BNDES/BNB/FINEP/NIB - Investimento					
FINEM I	360.713	384.629	TJLP + 1,95%	168 parcelas mensais a partir de outubro de 2009 e julho de 2011	PCH Holding devedora solidária, carta fiança
FINEM II	32.841	31.243	TJLP + 1,90%	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios
FINEM III	615.020	616.806	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM V	115.934	124.508	TJLP + 2,8% e 3,4%	143 meses a partir de dezembro de 2011	PCH Holding 2 e CPFL Renováveis devedora solidária.
FINEM VI	77.326	71.742	TJLP + 2,05%	173 a 192 parcelas mensais a partir de outubro de 2013 e abril de 2015	Penhor de ações da CPFL Renováveis, cessão de recebíveis
FINEM VII	198.681	217.411	TJLP + 1,92 %	156 parcelas mensais a partir de outubro de 2010 a setembro de 2023	Penhor de ações, cessão fiduciária, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM VIII	41.084	34.445	TJLP + 2,02%	192 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE
FINEM IX	48.839	54.413	TJLP + 2,15%	120 parcelas a partir de maio de 2010	Penhor de Ações da Controlada, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, hipoteca de imóveis e carta de fiança
FINEM X	1.202	1.455	TJLP	84 parcelas a partir de outubro de 2010	Penhor de Ações. Cessão fiduciária. Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM XI	140.940	149.557	TJLP + 1,87% a 1,9%	De 108 a 168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 e janeiro de 2013.	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINAME I	197.103	217.318	Pré-fixado 5,5%	102 a 108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 a agosto de 2020	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios
FINAME II	32.692	32.360	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios.
FINAME III	97.940	68.024	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações da CPFL Renováveis Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE
Ponte BNDES I	62.661	-	TJ6 + 3,02 %	parcela única em Abril de 2014	Penhor de Ações da SPE
Ponte BNDES II	82.138	-	TJ6 + 3,02 %	parcela única em Fevereiro de 2014	Penhor de Ações da SPE
Ponte BNDES III	190.450	-	TJLP + 3,02 %	parcela única em Fevereiro de 2014	Penhor de Ações da SPE
Ponte BNDES IV	122.156	-	TJLP + 3,02%	parcela única em Abril de 2014	Penhor de Ações da SPE
Instituições Financeiras:					
BNB	135.451	144.252	Pré fixado de 9,5% a 10% a.a. e bonus de adimplência de 15%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009 a 2028	Alienação Fiduciária, ação da controlada e garantia da SIF Energy.
BNB	177.204	181.924	Pré fixado 10% a.a. e bonus de adimplência de 15%	222 parcelas mensais a partir de maio de 2010 a outubro de 2029	Fiança da CPFL Energia
NIB	78.996	82.489	IGPM + 8,63% a.a.	Juros e Principal amortizados trimestralmente início em junho 2011 até setembro 2023	Não existem garantias
Banco Safra	53.744	52.546	CDI+ 0,4%	Parcelas anuais até dezembro de 2014	Não existem garantias
HSBC	350.255	397.523	CDI + 0,5%	8 parcelas anuais a partir de junho de 2013	Alienação de ações
Banco do Brasil - Nota promissória	-	331.538	108,5% do CDI	Parcela única em Janeiro de 2013	Alienação de ações
Banco do Brasil - Nota promissória	-	-	108,5% do CDI	Parcela única em Maio de 2013	Alienação de ações
Banco do Brasil - Nota promissória	140.898	-	108,5% do CDI	Parcela única em Janeiro de 2014	Alienação de ações
Banco Itaú - Capital de giro	36.207	-	CDI + 1,05%	parcela única em Novembro de 2013	Não existem garantias
Banco Itaú - Nota Promissória	153.332	-	CDI + 105%	parcela semestral até jun/14	Não existem garantias
Total Mensurados ao Custo	3.545.860	3.199.001			

Principais movimentações no período:

Moeda nacional

Investimento:

Ponte BNDES I e IV - Em 2012, o BNDES aprovou financiamento no montante de R\$175.476, destinado para as controladas indiretas Macacos, Costa Branca, Juremas e Pedra Preta. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, foi liberado todo o montante. Não há cláusulas restritivas para esta operação, apenas penhor de ações das controladas e fiança corporativa da CPFL Renováveis.

Ponte BNDES II e III - No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, as controladas pertencentes ao complexo eólico Atlântica captaram com o BNDES empréstimos ponte no montante de R\$263.714, com o objetivo de suprir as necessidades do projeto até a obtenção de financiamentos de longo prazo. Não há cláusulas restritivas para esta operação, apenas penhor de ações das controladas e fiança corporativa da CPFL Renováveis.

FINEM III - No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a Controladora sacou todo o saldo remanescente com o BNDES, no montante de R\$1.240.

FINEM VI - No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a controlada Salto Góes captou R\$1.690 com o BNDES. O saldo remanescente a ser liberado é de R\$13.572.

FINAME III - No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, as controladas Coopcana, Alvorada e Ester captaram R\$37.753 com o BNDES. O saldo remanescente a ser liberado é de R\$77.938.

Instituições financeiras:

Banco do Brasil (Nota promissória e capital de giro) - Em 2012, as controladas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana assinaram contratos de financiamento na modalidade de notas promissórias no montante de R\$320.000 para a utilização na construção de quatro empreendimentos eólicos e dois de biomassa. Em janeiro de 2013, foi amortizado o montante de R\$332.107 (R\$320.000 de montante principal e R\$12.107 de juros), e, na mesma data, foram emitidas novas notas promissórias no total de R\$230.000 e ao mesmo custo de 108,5 % do CDI com vencimento em maio 2013. Em maio de 2013, foi liquidado parcialmente o montante de R\$94.399 referente a essas novas notas promissórias, utilizando-se o empréstimo ponte do BNDES e em julho de 2013 o saldo remanescente foi liquidado com recursos advindos de uma nova emissão nas mesmas condições, no montante de R\$ 138.000. Não há cláusulas restritivas para esta operação. Banco Itaú (Capital de Giro) - No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a controlada Campos dos Ventos II captou com Banco Itaú o montante de R\$35.000 para construção do referido projeto. Não há cláusulas restritivas para esta operação.

Banco Itaú (Notas Promissórias) - No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a controladora captou com o Banco Itaú na modalidade de Nota Promissória o montante de R\$150.000, com o objetivo de reforço de capital de giro. Não há cláusulas restritivas para esta operação.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos assim programados:

Controladora		Consolidado	
Vencimento	Valor	Vencimento	Valor
2014	19.419	2014	76.991
2015	77.674	2015	231.487
2016	77.674	2016	239.575
2017	77.674	2017	242.881
2018	77.674	2018	256.333
2019 a 2023	360.292	2019 a 2023	1.138.316
2024 a 2028	182.651	2024 a 2028	309.624
Total	873.058	Total	2.495.207

Condições Restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia e/ou suas controladas mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os empréstimos vigentes em 2013 têm as seguintes cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros:

FINEM I

- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

FINEM II e FINAME II

- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

FINEM III

- Manutenção de Patrimônio Líquido/ (Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante o período de amortização.

FINEM V

- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 30%, durante o período de amortização.

Em 31 de dezembro de 2012 a Santa Luzia Energética S.A. não atendeu o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. O montante total da dívida, de R\$112.747, foi classificado no passivo circulante. Não houve declaração de vencimento antecipado da dívida em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 31 de dezembro de 2012.

Em 20 de fevereiro de 2013, a Companhia obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2013 e para todos os trimestres até 30 de junho de 2014. O descumprimento do referido “covenant” também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de “cross-default”.

Em 26 de setembro de 2013, a Companhia obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2013 e para todos os trimestres até 30 de setembro de 2014. O descumprimento do referido “covenant” também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de “cross-default”.

FINEM VI

- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

FINEM VII e X

- Manutenção anual de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva.
- Distribuição de dividendos limitada ao índice Exigível Total dividido pelo Patrimônio Líquido ex-Dividendos menor que 2,33.

FINEM VIII e FINAME III

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas informações contábeis intermediárias consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/ (Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas informações contábeis intermediárias consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato.

FINEM IX

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato.

FINEM XI e FINAME I

- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante o período de amortização.

PONTE I, II, III e IV

- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,41 e apurado nas informações contábeis anuais consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013 e 6,0 em 2014 e apurado nas informações contábeis anuais consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato.

HSBC

- A partir de 2013 há a obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA com Caixa Acumulado superior a 3,75 em 2013 e a 3,50 nos demais anos até a quitação.

NIB

- Manutenção semestral de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção razão entre Dívida Total e Patrimônio Líquido igual ou superior a 30%, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Duração do Financiamento maior ou igual a 1,7 durante o período de amortização.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 30 de setembro de 2013.

16. DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração anual	Condições de amortização	Garantias	Controladora									
					30/09/2013					31/12/2012				
					Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total
Série Única	43.000	CDI + 1,7%	Principal anual a ser pago a partir de maio de 2015 e juros semestrais pagos a partir de novembro 2012	Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding	15.311	-	15.311	427.281	442.592	3.760	-	3.761	426.921	430.682
					15.311	-	15.311	427.281	442.592	3.760	-	3.761	426.921	430.682

Controladora							
Saldo em 31/12/2012	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	Saldo em 30/09/2013
430.682	-	29.697		361	-	(18.148)	442.592

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

						Consolidado									
						30/09/2013				31/12/2012					
		Quantidade em circulação	Remuneração anual	Condições de amortização	Garantias	Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total
CPFL Renováveis															
1ª Emissão - SIIF	1ª a 12ª Série	432.299.666	TJLP + 1%	39 parcelas semestrais e consecutivas a partir de 2009	Alienação Fiduciária	2.187	34.440	36.627	484.967	521.594	1.774	33.483	35.257	481.051	516.308
1ª Emissão - Renováveis	Série Única	43.000	CDI + 1,7%	9 parcelas pagas anualmente a partir de maio de 2015 e juros semestrais pagos a partir de novembro 2012	Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding	15.310	-	15.310	427.281	442.591	3.760	-	3.760	426.921	430.681
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série Única	1.581	CDI + 1,6%	9 parcelas pagas anualmente de 2015 a 2023 e juros pagos mensalmente a partir de junho 2015.	Fiança da CPFL Renováveis	-	-	-	185.209	185.209	-	-	-	172.968	172.968
						17.497	34.440	51.937	1.097.457	1.149.394	5.534	33.483	39.017	1.080.940	1.119.957

Consolidado							
Saldo em 31/12/2012	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	Saldo em 30/09/2013
<u>1.119.957</u>	<u>-</u>	<u>65.492</u>		<u>1.691</u>	<u>(13.945)</u>	<u>(23.801)</u>	<u>1.149.394</u>

O saldo de debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Controladora		Consolidado	
Vencimento	Valor	Vencimento	Valor
2014	-	2014	17.220
2015	21.500	2015	64.641
2016	43.000	2016	86.141
2017	43.000	2017	86.141
2018	64.500	2018	107.641
2019 a 2023	255.281	2019 a 2023	588.031
Total	<u>427.281</u>	2024 a 2028	118.907
		Total	<u>1.068.722</u>

Condições Restritivas

As emissões de debêntures vigentes no período contemplam cláusulas que requerem da Companhia a manutenção dos seguintes índices financeiros:

1ª emissão - CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Operação maior ou igual a 1,00.
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante.
- Manutenção de Índice EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75.

1ª emissão - PCH Holding 2

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da controlada Santa Luzia maior ou igual a 1,2 a partir de setembro de 2014
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante.

Em 30 de junho de 2013 a Santa Luzia Energética S.A. não atendeu o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. Não houve declaração de vencimento antecipado da dívida em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 30 de junho de 2013, tendo em vista que em 15 de maio de 2013, a Companhia obteve do Banco Santander S.A. a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2013, bem como para o semestre a findar-se em 30 de junho de 2014. O descumprimento do referido “covenant” também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de “cross-default”.

Em Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª. (Primeira) Emissão de Debêntures Simples da controlada PCH Holding 2, realizada em 3 de setembro de 2013, foi deliberada a alteração da Clausula 4.13.1 da Escritura, a fim de definir que o cálculo dos Índices Financeiros previstos na escritura, fosse alterado, de forma a prever que o início da apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da controlada Santa Luzia passe a ser efetuado a partir de 30 de setembro de 2014, referente aos últimos 12 meses, e ao final dessa apuração esse índice passe a ser apurado ao final de cada ano.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 30 de setembro de 2013.

17. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÕES

Na controladora e no consolidado, o saldo em 30 de setembro de 2013 desta conta totaliza R\$11.710 (R\$11.369 em 31 de dezembro de 2012), conforme segue:

- Inclui R\$5.924 referentes à compra dos projetos de geração eólica, São Benedito, São Domingos, Santa Mônica, Santa Úrsula, Ventos de São Martinho e Ventos de Santo Dimas, todos localizados no Estado do Ceará, e Campos dos Ventos I, Campos dos Ventos III, Campos dos Ventos IV, Campos dos Ventos V e Eurús VI, todos localizados no Estado do Rio Grande do Norte. O valor será pago na entrada em operação desses parques eólicos e será corrigido pela inflação (IGP-M e IPCA).

- A Companhia firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A., condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar, até 2015, o montante de R\$4.378, atualizado monetariamente pelo IGP-M.
- A Companhia reteve R\$1.408 referentes à aquisição da usina de biomassa Lacenas, com previsão de pagamento até o final de 2013.

Em 2012, a Companhia liquidou o passivo de R\$152.442 (R\$151.534 referentes ao preço base e R\$908 referentes ao ajuste de preço) relacionado à aquisição da Santa Luzia Energética S.A. e o valor de R\$18.432 relacionado à aquisição da Jantus, reconhecidos nesta rubrica em 31 de dezembro de 2011.

Em agosto de 2012, a Companhia liquidou o montante de R\$83.428 aos antigos acionistas da BVP (ver nota explicativa nº 1.2) a título de complemento de preço.

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES - CONSOLIDADO

Em 30 de setembro de 2013 o saldo consolidado desta conta totaliza o montante de R\$20.227 (R\$14.584 em 31 de dezembro de 2012), sendo o valor de R\$7.437 relativo ao faturamento antecipado efetuado à Companhia Paulista de Força e Luz e CPFL Comercialização sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia das respectivas controladas Bio Formosa, Bio Pedra e Bioenergia. As controladas Cocais, Alto Irani, Plano Alto, Eólica Formosa e Eólica Paracuru apresentam o valor de R\$2.875 relativo ao faturamento antecipado efetuado à Eletrobrás. A controlada Bio Formosa possui o montante de R\$5.953 com os clientes Eletropaulo, Light, Copel, Companhia de Eletricidade do Estado, Centrais Elétricas do Pará, Elektro, e Companhia Energética do Ceará relativo ao faturamento antecipado do fornecimento de energia. As controladas Bio Formosa e Lacenas possuem o montante de R\$2.203 com os clientes Cia Energética de Pernambuco, Cemig, Espírito Santo Centrais Elétricas, Cepisa e Bandeirantes relativo ao faturamento antecipado do fornecimento de energia e o montante de R\$1.759 de outros clientes.

19. PROVISÕES PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDADO

19.1. Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação das usinas em operação.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo total da provisão para custos socioambientais era de R\$2.323 no passivo circulante e R\$22.156 no passivo não circulante.

19.2. Provisões para desmobilização de ativos

A controladas indiretas assumiram obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$32.574 registrada no passivo não circulante.

Dessa maneira, os saldos totais registrados em 30 de setembro de 2013 relativos à “Provisão para custos socioambientais e desmobilização” montam a R\$2.323 no passivo circulante e R\$54.730 no passivo não circulante.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

O saldo das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais encontra-se a seguir:

Controladora							
	31/12/2012	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	30/09/2013
Trabalhista	211	233	(47)	(117)	10	-	290
Cíveis	606	-	-	-	26	-	632
Outros passivos contingentes	35	-	-	-	-	-	35
	<u>852</u>	<u>233</u>	<u>(47)</u>	<u>(117)</u>	<u>36</u>	<u>-</u>	<u>957</u>
Depósitos judiciais	(65)	(79)	-	7	(4)	-	(141)

Consolidado							
	31/12/2012	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	30/09/2013
Trabalhista	256	297	(56)	(124)	12	-	385
Cíveis	620	18	-	-	27	-	665
Outros passivos contingentes	23.985	-	-	-	-	-	23.985
Total	<u>24.861</u>	<u>315</u>	<u>(56)</u>	<u>(124)</u>	<u>39</u>	<u>-</u>	<u>25.035</u>
Depósitos judiciais	(201)	(106)	1	7	(13)	-	(312)

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Jantus e Bons Ventos, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$23.985, sendo R\$13.950 da Jantus e R\$10.000 de Bons Ventos e R\$35 da associação da ERSa e CPFL, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis. A Companhia também reconheceu o ativo indenizável pelo montante de R\$23.950 equivalente ao passivo (nota explicativa nº 9), conforme condições contratuais.

Riscos cuja probabilidade de perda é considerada possível são:

Cíveis

Em 30 de setembro de 2013, as controladas eram parte passiva em vinte e quatro ações judiciais cíveis e ambientais e procedimentos administrativos ambientais, com prognóstico de perda classificado como possível e tendo como valor da causa atualizado o montante de R\$4.801. As ações cíveis em andamento versam, em geral, sobre indenização decorrente de desapropriação de área ou servidão, bem como uma ação de indenização por danos morais e materiais com valor de causa no importe de R\$1.885 cujo escopo é a discussão acerca do descumprimento de cláusulas contratuais.

Trabalhistas

Em 30 de setembro de 2013, as controladas eram parte passiva em cento e onze ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas com valor da causa atualizado no montante de R\$3.039 e cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível, portanto, não foi constituída nenhuma provisão contábil.

As ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas versam, em geral, sobre pedidos e infrações relacionados às prestadoras de serviço terceirizadas.

Tributárias

Em 30 de setembro de 2013, as controladas eram parte em treze ações judiciais tributárias e procedimentos administrativos de natureza fiscal-tributária, tendo como valor envolvido atualizado o montante de R\$2.130, versando exclusivamente sobre recolhimento de ISS e cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível, portanto, não foi constituída provisão contábil.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social de acordo com a legislação societária brasileira

Em 30 de setembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado monta a R\$2.907.487 (R\$2.675.731 em dezembro de 2012), representado por 441.425.692 (412.274.029 em dezembro de 2012) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 17 de julho de 2013, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$350.000, decorrente da Oferta Pública de Ações, mediante a emissão de 27.977.618 ações ordinárias, sendo destinado o montante de R\$222.422 à conta de capital social e o restante, no montante de R\$127.578, destinado à conta de reserva de capital.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de agosto de 2013 foi aprovado o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 1.174.045 a distribuídas na Oferta Pública de Ações, ao preço de emissão de R\$12,51. Do montante total emitido, que totalizou R\$14.687, o montante de R\$9.334 foi destinado a conta de capital social e o restante, no montante de R\$5.353, foi destinado à conta de reserva de capital.

b) Composição acionária

A composição acionária, incluindo os efeitos do grupamento de ações, conforme descrito no item (c), da Companhia é a seguinte:

Acionistas	30/09/2013		31/12/2012	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
CPFL Geração de Energia S.A.	259.748.799	58,84%	146.312.932	35,49%
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	0,00%	113.435.867	27,51%
Secor LLC	24.255.307	5,49%	38.082.654	9,24%
Patria Energia Fundo de Invest. Em Participações	21.064.242	4,77%	33.072.441	8,02%
Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	3.699.532	0,84%	5.808.543	1,41%
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	31.439.288	7,12%	31.439.288	7,63%
DEG - Deutsche Investitions Und Ent MBH	6.499.722	1,47%	10.205.052	2,48%
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus	13.104.207	2,97%	20.574.590	4,99%
Previ	31.974.420	7,24%	-	0,00%
GMR Energia S.A.	8.498.104	1,93%	9.210.360	2,23%
Outros	41.142.071	9,32%	4.132.302	1,00%
	441.425.692	100%	412.274.029	100%

Em 28 de março de 2013, a CPFL Energia, de forma a promover a centralização das atividades de geração de energia na CPFL Geração, realizou, a operação de cisão parcial da CPFL Brasil, que resultou na transferência para a CPFL Geração dos ativos e passivos relacionados ao investimento de 27,51% (vinte e sete vírgula cinquenta e um por cento), detido pela CPFL Brasil na Companhia. Após a operação, a CPFL Geração, anteriormente detentora de 35,49% (trinta e cinco vírgula quarenta e nove por cento) do capital social da Companhia, passou a deter 63% (sessenta e três por cento) do capital social da Companhia.

Em 19 de agosto de 2013, foi concluída a Oferta Pública de distribuição primária 27.977.618 de ações ordinárias, secundária de 43.964.828 de ações ordinárias e complementares de 1.174.045 de ações ordinárias da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal e livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, lançada em 27 de junho de 2013. Foram distribuídas, no total, 73,1 milhões de ações a R\$12,51 cada, perfazendo o montante de R\$914.686. A operação promoveu a captação bruta: (i) de R\$364.687 na oferta primária e complementar, que foram destinadas à conta de capital social até o valor do preço por ação correspondente ao patrimônio líquido dividido pelo número total de ações na data base de 31 de março de 2013, data da última informação contábil disponível antes da Oferta, e o valor remanescente de recursos líquidos foi destinado à conta de reserva de capital; e (ii) de R\$549.999 na oferta secundária, tendo sido vendidas 43,9 milhões de ações ordinárias por determinados acionistas da Companhia. Os custos de captação incorridos nesta operação montam a R\$34.859.

c) Grupamento de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2012, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 5 para 1, ou seja, cada 5 (cinco) ações ordinárias foram grupadas em 1 (uma) ação ordinária, com a consequente modificação do “caput” do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

d) Reservas de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de agosto de 2011, foram deliberados os seguintes temas:

A Companhia detém intangível de direito de exploração (autorização) no montante de R\$528.988 em 31 de dezembro de 2012, em contrapartida à rubrica “Reserva de ágio na subscrição de ações”, no patrimônio líquido. Esse valor será mantido na rubrica “Reserva de capital” até sua capitalização, que será feita na proporção representativa do capital de cada acionista.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia também detém o montante de R\$98.072, líquido dos custos de captação, na rubrica “Reserva de ágio na subscrição de ações”, decorrente dos aumentos de capital ocorridos pela conclusão da Oferta Pública de Ações, em 19 de agosto de 2013 (nota explicativa nº 21 (a)).

e) Reserva de lucros - legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2013, a Companhia mantém reserva no montante de R\$1.578 a título de reserva legal.

f) Reserva de lucros - retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos de PCH, eólicos e de biomassa. O orçamento de capital foi aprovado em AGO. Em 30 de setembro de 2013 a Companhia possuía o montante de R\$22.492.

g) Reserva de lucros a realizar

No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possui o montante de R\$7.496 referente à parcela do lucro não realizado no exercício.

h) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

i) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações.

Em conformidade com a IAS 33, equivalente ao Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido (prejuízo) aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação.

	Trimestre findo em	Nove meses findos em	Trimestre findo em	Nove meses findos em
	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012
Lucro (prejuízo) básico por ação				
Numerador				
(Prejuízo) lucro disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(15.992)	(82.756)	2.929	8.412
Denominador				
Média ponderada de número de ações ordinárias	420.140.810	420.140.810	412.274.029	412.274.029
(Prejuízo) lucro básico por ação (R\$ por ação)	<u>(0,04)</u>	<u>(0,20)</u>	<u>0,01</u>	<u>0,02</u>
(Prejuízo) lucro diluído por ação				
Numerador				
(Prejuízo) lucro disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(15.992)	(82.756)	2.929	8.412
Efeito dilutivo das debêntures conversíveis	<u>(12.958)</u>	<u>(15.028)</u>	<u>(9.498)</u>	<u>(14.703)</u>
(Prejuízo) lucro disponível aos acionistas ordinários	<u>(28.949)</u>	<u>(97.784)</u>	<u>(6.569)</u>	<u>(6.291)</u>
Denominador				
Média ponderada de número de ações ordinárias	420.140.810	420.140.810	412.274.029	412.274.029
(Prejuízo) lucro diluído por ação (R\$ por ação)	<u>(0,07)</u>	<u>(0,23)</u>	<u>(0,02)</u>	<u>(0,02)</u>

De acordo com o CPC 41 Resultado por Ação, o cálculo da quantidade média ponderada de ações levou em consideração o evento ocorrido em 31 de maio de 2012, de grupamento de ações, em função de não ter ocorrido alteração de recursos financeiros e ainda os aumentos de capital ocorridos em 17 de julho de 2013 e 19 de agosto de 2013.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas da Companhia (nota explicativa nº 16). Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que, tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do exercício.

Os efeitos apurados no denominador do cálculo de lucro por ação diluído oriundos do plano de pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.2) foram considerados anti dilutivos em 30 de setembro de 2013 e de 2012. Por este motivo, estes efeitos não foram incluídos no cálculo de cada período.

j) Ajuste de avaliação patrimonial

Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“deemed cost”). O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$56.973(valor original) foi registrado na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”. O saldo em 30 de setembro de 2013 é de R\$53.877.

k) Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, CPC 24 - Evento Subsequente e ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado. Já o dividendo proposto ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas informações contábeis intermediárias após aprovação pelo órgão competente.

Até 30 de setembro de 2013 não houve distribuição de dividendos.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são reconhecidas de acordo com os contratos firmados.

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre findo em	Nove meses findo em	Trimestre findo em	Nove meses findo em	Trimestre findo em	Nove meses findo em	Trimestre findo em	Nove meses findo em
	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012
Receita de venda de energia	9.820	39.342	5.557	20.775	286.479	729.375	259.414	563.765
Outras receitas	5	9	-	-	39	886	34	333
Receita bruta	9.825	39.351	5.557	20.775	286.518	730.261	259.448	564.098
Deduções da receita bruta:								
Pis/Cofins	(908)	(3.639)	(656)	(1.922)	(17.153)	(44.560)	(15.709)	(32.258)
Encargos regulatórios	-	-	-	-	(562)	(1.207)	(799)	(3.097)
Receita operacional líquida	8.917	35.712	4.901	18.853	268.803	684.494	242.940	528.743

A seguir demonstramos a segregação de receita por tipo de contrato:

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre findo em	Nove meses findo em	Trimestre findo em	Nove meses findo em	Trimestre findo em	Nove meses findo em	Trimestre findo em	Nove meses findo em
	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012
CCEAR*	-	-	-	-	27.992	70.008	10.663	36.540
CER**	-	-	-	-	47.450	115.357	37.255	38.085
Mercado Livre	9.820	39.342	5.557	20.775	80.112	246.411	80.665	228.162
Proinfa	-	-	-	-	130.925	297.599	130.831	260.978
Total	9.820	39.342	5.557	20.775	286.479	729.375	259.414	563.765

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia que encontram-se vigentes em 30 de setembro de 2013 têm as seguintes características:

Empreendimento/SPE	Tipo	Energia contratada (MWm)	Preço contratado (R\$/MWh)*	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
Alto Irani	Proinfa	13,5	201,62	IGPM	Junho
Atlântica I	CCEAR	13,1	153,59	IPCA	**
Atlântica II	CCEAR	12,9	153,59	IPCA	**
Atlântica IV	CCEAR	13,0	153,59	IPCA	**
Atlântica V	CCEAR	13,7	153,59	IPCA	**
Americana	Mercado Livre	8,1	184,93	IGPM	Abril
Andorinhas	Mercado Livre	0,4	190,76	IGPM	Janeiro
Arvoredo	CCEAR	7,0	184,19	IPCA	**
Baia Formosa	CCEAR	11,0	204,30	IPCA	**
Bio Coopcana	Mercado Livre	18,0	142,88	IPCA	Janeiro
Bio Alvorada	Mercado Livre	18,0	142,88	IPCA	Janeiro
Bio Energia	Mercado Livre	12,8	186,16	IGPM	Janeiro
Barra da Paciência	Mercado Livre	13,4	188,94	IPCA	Janeiro
Bio Buriti	Mercado Livre	21,0	185,33	IPCA	Janeiro
Bio Ipê	Mercado Livre	8,2	185,33	IPCA	Janeiro
Bio Pedra	CER	24,4	170,94	IPCA	Março
Bons Ventos	Proinfa	15,9	349,38	IGPM	Março
Buritís	Mercado Livre	0,4	184,93	IGPM	Abril
Canoa Quebrada	Proinfa	22,9	313,25	IGPM	Junho
Campos dos Ventos II	CER	14,0	151,15	IPCA	Setembro
Capão Preto	Mercado Livre	2,3	184,93	IGPM	Abril
Chibarro	Mercado Livre	1,7	184,93	IGPM	Abril
Cocais Grande	Proinfa	5,0	201,62	IGPM	Junho
Corrente Grande	Mercado Livre	7,9	188,94	IPCA	Janeiro
Costa Branca	CCEAR	9,8	149,20	IPCA	**
Diamante	Mercado Livre	1,6	177,16	IGPM	Janeiro
Dourados	Mercado Livre	7,0	184,93	IGPM	Abril
Eloy Chaves	Mercado Livre	11,6	184,93	IGPM	Abril
Enacel	Proinfa	10,0	351,78	IGPM	Junho
Esmeril	Mercado Livre	2,9	184,93	IGPM	Abril
Eurus VI	CER	3,0	184,71	IPCA	Julho
Foz do Rio Choró	Proinfa	7,4	355,63	IGPM	Agosto
Gavião Peixoto	Mercado Livre	3,8	184,93	IGPM	Abril
Guaporé	Mercado Livre	0,6	190,76	IGPM	Janeiro
Icaraízinho	Proinfa	21,5	313,90	IGPM	Março
Jaguari	Mercado Livre	4,5	184,93	IGPM	Abril
Juremas	CCEAR	7,5	155,58	IPCA	**
Lacenas	CCEAR	7,0	194,02	IPCA	**
Lacenas	Mercado Livre	3,2	118,54	IPCA	Janeiro
Lençóis	Mercado Livre	1,0	184,93	IGPM	Abril
Macacos	CCEAR	9,7	155,58	IPCA	**
Monjolinho	Mercado Livre	0,4	165,96	IGPM	Abril
Ninho da Água	Mercado Livre	5,7	188,94	IPCA	Janeiro
Paíol	Mercado Livre	11,2	188,91	IPCA	Janeiro
Paracuru	Proinfa	11,8	309,32	IGPM	Março
Pedra Preta	CCEAR	10,1	149,20	IPCA	**
Pinhal	Mercado Livre	3,7	184,93	IGPM	Abril
Pirapó	Mercado Livre	0,6	190,76	IGPM	Janeiro
Plano Alto	Proinfa	10,2	201,62	IGPM	Junho
Praia Formosa	Proinfa	1,8	354,70	IGPM	Julho
Praia Formosa - A	Proinfa	1,5	355,63	IGPM	Agosto
Praia Formosa - B	Proinfa	3,7	356,14	IGPM	Setembro
Praia Formosa - C	Proinfa	21,2	350,81	IGPM	Março
Salinho	Mercado Livre	0,7	190,76	IGPM	Janeiro
Salto Grande	Mercado Livre	2,6	184,93	IGPM	Abril
Santa Clara I	CER	13,0	184,71	IPCA	Julho
Santa Clara II	CER	12,0	184,71	IPCA	Julho
Santa Clara III	CER	12,0	184,71	IPCA	Julho
Santa Clara IV	CER	12,0	184,71	IPCA	Julho
Santa Clara V	CER	12,0	184,71	IPCA	Julho
Santa Clara VI	CER	12,0	184,71	IPCA	Julho
Santa Luzia	CCEAR	14,0	184,19	IPCA	**
Santa Luzia	Mercado Livre	4,0	213,25	IGPM	Agosto
Santana	Mercado Livre	2,6	184,93	IGPM	Abril
Salto Góes	CCEAR	11,1	172,37	IPCA	**
São Gonçalo	Mercado Livre	7,3	188,94	IPCA	Janeiro
São Joaquim	Mercado Livre	5,1	184,93	IGPM	Abril
Socorro	Mercado Livre	0,3	184,93	IGPM	Abril
Solar	Mercado Livre	0,2	172,72	IPCA	Janeiro
Taíba Albatroz	Proinfa	6,6	318,40	IGPM	Março
Três Saltos	Mercado Livre	0,5	184,93	IGPM	Abril
Varginha	CCEAR	4,0	184,19	IPCA	**
Várzea Alegre	Mercado Livre	4,3	188,94	IPCA	Janeiro
Total		<u>608,8</u>			

(*) Data de referência: 30/09/2013

(**) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (distribuidora).

23. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre	Nove meses	Trimestre	Nove meses	Trimestre	Nove meses	Trimestre	Nove meses
	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em
	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012
			Reapresentado	Reapresentado			Reapresentado	Reapresentado
Custo:								
Custo de compra de energia (a)	(15.665)	(46.567)	(10.177)	(21.144)	(70.318)	(134.122)	(16.390)	(52.967)
Encargos de uso do sistema (c)	1.278	(35)	-	-	(5.231)	(29.931)	(9.872)	(20.837)
Custo de operação das usinas	-	-	-	-	(12.373)	(31.304)	(8.155)	(28.210)
Materiais	-	-	-	-	(2.906)	(7.531)	(2.358)	(3.564)
Custo de pessoal (b)	-	-	-	-	(2.983)	(9.137)	(7.325)	(9.432)
Arrendamentos	-	-	-	-	(1.983)	(6.818)	(5.571)	(5.571)
Depreciação e amortização	-	-	-	-	(57.115)	(163.681)	(61.207)	(120.828)
Outros custos de operação	-	-	-	-	(1.315)	(2.283)	(92)	(92)
Total	(14.387)	(46.602)	(10.177)	(21.144)	(154.224)	(384.807)	(110.970)	(241.501)
Despesas gerais e administrativas:								
Despesas com pessoal (b)	(12.774)	(36.137)	(8.963)	(22.519)	(12.774)	(36.137)	(6.369)	(26.425)
Despesas de ocupação	(1.004)	(1.145)	(526)	(990)	(1.640)	(3.101)	2.202	(621)
Despesas com viagens e estadas	(133)	(282)	(350)	(904)	(390)	(643)	(399)	(1.164)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	(1.587)	-	-
Despesas gerais	(354)	(466)	(225)	(813)	-	(550)	(1.424)	(4.336)
Serviços profissionais	(3.737)	(11.185)	(10.569)	(23.394)	(6.338)	(22.612)	(17.001)	(30.350)
Impostos e taxas	(182)	(429)	(25)	(33)	(200)	(1.012)	(699)	(771)
Outros	424	(2.761)	(220)	(1.050)	(907)	(5.262)	(469)	(1.435)
Total	(17.760)	(52.405)	(20.878)	(49.703)	(22.249)	(70.904)	(24.159)	(65.102)
Remuneração dos administradores	(908)	(4.931)	(1.561)	(4.114)	(908)	(4.931)	(1.561)	(4.114)
Depreciação e amortização	(692)	(1.978)	(481)	(1.165)	(691)	(1.978)	(481)	(1.165)
Amortização do direito de exploração	-	-	-	-	(31.969)	(96.420)	(31.612)	(78.837)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1	1	1	(1)	-	(1)	3	3
Total	(19.359)	(59.313)	(22.919)	(54.983)	(55.817)	(174.234)	(57.810)	(149.215)

- (a) A Companhia e determinadas controladas participam do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. Durante o primeiro semestre de 2013, os participantes desse mecanismo não geraram o volume de garantia física sazonalizada pelos agentes no período devido a condições hidrológicas desfavoráveis. Decorrente deste fato, os agentes participantes do MRE tiveram que comprar energia no mercado de curto prazo a preços de PLD - Preço de Liquidação das Diferenças, resultando em um custo elevado de compra de energia em comparação ao mesmo período findo em 30 de setembro de 2012.

Adicionalmente, em decorrência da postergação de entrada em operação de algumas usinas durante o período de nove meses de 2013 (nota explicativa nº 12), a Companhia e suas controladas compraram energia no mercado para honrar seus contratos.

- (b) As despesas com pessoal referentes a operação das usinas são apresentadas na Companhia (controladora) como Despesas Gerais e administrativas no montante de R\$36.137 e R\$26.425 e como custo de pessoal no consolidado, no montante de R\$9.137 e R\$9.432 nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e de 2012, respectivamente.
- (c) A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, instituiu um novo critério de rateio dos custos decorrentes do despacho das usinas térmicas, o qual é determinado para aumentar a segurança energética do Sistema Interligado Nacional - SIN. Esses custos passaram a ser rateados não só aos consumidores e distribuidores, mas também aos geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE, na qual a Companhia é associada, obteve liminar que invalida os efeitos dos artigos 2 e 3 da respectiva Resolução, e a cobrança deste encargo está suspensa. Em decorrência dessa liminar a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a agosto de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores a Resolução mencionada.

Os assessores jurídicos da Companhia e da APINE consideram o risco de perda dessa contingência como remota, desta forma, em 30 de setembro de 2013, a Companhia efetuou o estorno da provisão de ESS registrada, referente aos meses de abril a junho de 2013, no montante de R\$5.404. O valor estimado da contingência, referente ao período de abril a agosto de 2013, é o montante de R\$11.631.

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre	Nove meses	Trimestre	Nove meses	Trimestre	Nove meses	Trimestre	Nove meses
	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em
	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012
Receitas financeiras:								
Receita de aplicação financeira	6.271	7.196	3.715	14.228	12.585	29.646	11.375	33.098
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	2.278	2.548	1.067	3.216
Outras	1.365	1.568	-	22	552	1.938	2.166	5.132
Total	7.636	8.764	3.715	14.250	15.415	34.132	14.608	41.446
Despesas financeiras:								
Juros sobre empréstimos e debêntures	(30.129)	(80.115)	(26.266)	(56.179)	(96.271)	(258.352)	(81.705)	(181.996)
Juros capitalizados no imobilizado	-	-	-	18.377	15.230	39.105	7.960	26.337
Fiança bancária/Comissões e corretagens	(205)	(205)	-	-	(676)	(1.719)	(406)	(3.476)
Variações monetárias passivas	(322)	(346)	-	-	(232)	(398)	(2.913)	(2.913)
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	(2.125)	(6.133)	(1.740)	(1.740)
Outros juros	(853)	(856)	(192)	(364)	-	(45)	(642)	(779)
Outras	(218)	(2.763)	291	(501)	(274)	(4.528)	(3.692)	(4.861)
Total	(31.727)	(84.285)	(26.167)	(38.667)	(84.348)	(232.070)	(83.138)	(169.426)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

25.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs, Bons Ventos, Formosa, Icaraizinho e Chimay que adotaram o regime de tributação com base no lucro real. Na controladora e nas SPEs em construção e em preparação (em desenvolvimento) foi adotado o regime de tributação com base no lucro real.

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e os efeitos consolidados vigentes nos respectivos períodos.

[illegible]

	Consolidado							
	Trimestre findo em 30/09/2013	Trimestre findo em 30/09/2013	Nove meses findo em 30/09/2013	Nove meses findo em 30/09/2013	Trimestre findo em 30/09/2012	Trimestre findo em 30/09/2012	Nove meses findo em 30/09/2012	Nove meses findo em 30/09/2012
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.171)	(10.171)	(72.485)	(72.485)	5.630	5.630	10.045	10.045
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	2.543	915	18.121	6.524	(1.408)	(507)	(2.511)	(904)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):								
Outras (adições) exclusões permanentes	(2.217)	(798)	84	30	(2.375)	(855)	(11.599)	(4.175)
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	3.915	-	5.783	-	-	-	-	-
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(16.569)	(5.975)	(48.671)	(17.533)	(11.475)	(4.131)	(12.882)	(4.638)
Aproveitamento de créditos decorrentes de sua realização	2.300	828	3.388	1.220	-	-	-	-
Reversão do efeito da tributação - lucro real	11.660	3.523	25.701	9.252	18.820	6.775	38.091	13.713
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo.	(2.928)	(3.032)	(9.000)	(5.218)	(5.558)	(2.001)	(12.297)	(4.427)
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	(1.296)	(4.539)	(4.594)	(5.725)	(1.996)	(719)	(1.198)	(431)
Impostos - corrente	(7.181)	(6.659)	(19.632)	(11.140)	(5.050)	(1.819)	(15.374)	(5.535)
Impostos - diferido	5.885	2.120	15.038	5.415	3.054	1.100	14.176	5.104
Impostos líquidos	(1.296)	(4.539)	(4.594)	(5.725)	(1.996)	(719)	(1.198)	(431)
Alíquota efetiva - %	12,7%	44,6%	6,3%	7,9%	(35,5%)	(12,8%)	(11,9%)	(4,3%)

25.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Adicionalmente, algumas controladas da SIIF Energies, que apuram o imposto no regime de lucro real, registram os créditos fiscais sobre prejuízo fiscal acumulado e base negativa da contribuição social. Os créditos fiscais foram computados de acordo com as alíquotas vigentes para as empresas tributadas pelo lucro real.

As controladas indiretas Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A. e Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. registram imposto de renda diferido ativo relacionado a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social considerando a sua expectativa de rentabilidade futura, tendo como base a aquisição do grupo econômico SIIF Energies pela Companhia e o consequente processo de reestruturação das dívidas destas controladas, visando à redução das suas despesas financeiras.

Os saldos dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido, no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado					
	30/09/2013			31/12/2012		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Diferenças temporariamente indedutíveis - combinação de negócios CPFL Renováveis						
Impostos diferidos - ativo:						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	27.416	76.157	103.573	28.644	79.567	108.211
Outras diferenças temporárias	3.298	8.193	11.491	3.042	8.449	11.491
Total Ativo	30.714	84.350	115.064	31.686	88.016	119.702
Impostos diferidos - passivo:						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	7.337	20.380	27.717	7.255	20.132	27.387
Mais valia de ativos recebidos da antiga ERSA	93.933	260.925	354.858	96.453	267.924	364.377
Intangível - direito de exploração/autorização Jantus, Santa Luzia, Complexo Atlântica e BVP	157.680	437.999	595.679	163.767	454.907	618.674
Outras diferenças temporárias	8.202	22.785	30.986	6.319	17.553	23.872
Total Passivo	267.152	742.089	1.009.240	273.794	760.516	1.034.310
Total	236.438	657.739	894.176	242.108	672.500	914.608

Expectativa de recuperação	<u>Consolidado</u>
2013	7.082
2014	9.675
2015	7.213
2016	5.549
2017	5.549
2018 a 2022	27.745
2023 a 2027	27.745
2028 a 2032	24.506
Total	<u>115.064</u>

a) Resumo - apresentação no balanço patrimonial - consolidado

O saldo dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Total do ativo	115.064	119.702
Total do passivo	<u>(1.009.240)</u>	<u>(1.034.310)</u>
	<u>(894.176)</u>	<u>(914.608)</u>
Classificado:		
Ativo líquido	11.491	11.491
Passivo líquido	<u>(905.667)</u>	<u>(926.099)</u>
	<u>(894.176)</u>	<u>(914.608)</u>

b) Movimentação dos saldos de impostos diferidos

	<u>Ativo</u>			<u>Passivo</u>		
	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>Total</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2012	3.298	8.193	11.491	245.150	680.949	926.099
Realização de impostos diferidos	-	-	-	(5.415)	(15.038)	(20.452)
Reclassificação para obrigações tributárias	-	-	-	1	20	20
Saldo em 30.09.2013	<u>3.298</u>	<u>8.193</u>	<u>11.491</u>	<u>239.736</u>	<u>665.931</u>	<u>905.667</u>

25.3. Créditos fiscais - Controladora

A Companhia possui prejuízos fiscais para os quais não foram registrados ativos diferidos de impostos conforme os seguintes valores-base:

	<u>Controladora</u> <u>R\$</u>
Prejuízos fiscais apurados até 30 de setembro de 2013	<u>325.734</u>
Base negativa de contribuição social até 30 de setembro de 2013	<u>325.734</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nas datas dos balanços. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros está baseada: (i) no fato de a Companhia ser uma holding, cujos resultados são principalmente derivados da equivalência patrimonial de seus investimentos; e (ii) na ausência de histórico de apuração de lucros tributáveis até o momento que suporte o reconhecimento de créditos tributários diferidos.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas do grupo possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia mantém Política de Aplicações Financeiras e administração de recursos. A exposição máxima de caixa por instituição financeira, elegível nesta nova política, é limitada a 30% (trinta por cento) do caixa total, resultando em uma maior pulverização da exposição financeira, com consequente redução de risco versus baixo impacto na rentabilidade de caixa.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

26.1. Classificações dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

- a) Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) mensurados ao valor justo através do resultado; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

(i) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5).
- Aplicação financeira vinculada (nota explicativa nº 6).
- Aplicação financeira (nota explicativa nº 6.1).
- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7).
- Outros créditos (nota explicativa nº 9).
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).

(ii) Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo, com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, a fim de obter-se informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

- Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6.2).

(iii) Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

(iv) Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma classificação anterior ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro desses ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

- b) Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado; e (ii) outros passivos financeiros. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

(i) Mensurados ao valor justo através do resultado

São passivos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses passivos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros nesta categoria.

(ii) Outros passivos financeiros

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação anterior. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).
- Fornecedores (nota explicativa nº 14)
- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15).
- Debêntures (nota explicativa nº 16)
- Contas a pagar de aquisições (nota explicativa nº 17)

O valor justo dos instrumentos financeiros registrados pelo custo amortizado foi estimado com base em cotações de mercado disponíveis ou o uso de técnicas de avaliação, entre elas, o valor presente dos fluxos de caixa futuros. No entanto, métodos e premissas utilizados para a divulgação do valor justo são julgamentais. Assim, o valor justo estimado não reflete, necessariamente, valores que seriam recebidos ou pagos em caso de liquidação imediata desses instrumentos. O uso de metodologias ou premissas diferentes poderia ter um efeito material nos valores de mercado estimados.

As metodologias utilizadas são as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores e outros passivos a curto prazo: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias;

- Empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo:

		Consolidado	
		30/09/2013	
		Contábil	Valor Justo
Mensuradas ao custo			
Moeda nacional			
BNDES - repotenciação	Nível 2	2.053	2.053
BNDES - investimento	Nível 2	2.417.719	2.099.410
Instituições financeiras	Nível 2	1.126.088	1.091.611
Debêntures	Nível 2	1.149.394	1.081.673
Total		4.695.254	4.274.747

O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

- Transações com partes relacionadas: devido às características específicas dos acordos assinados entre a Companhia e suas controladas, entre elas, o fato dos AFACs não apresentarem remuneração ou data de vencimento, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias.

26.2. Ativos registrados a valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, entre os Níveis 1 a 3, como descrito abaixo, com base no grau observável da apuração do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas através de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A Companhia e suas controladas classificam seus títulos e valores mobiliários, no montante de R\$1.105, em 30 de setembro de 2013 (R\$2.161 em 31 de dezembro de 2012) como sendo mensurações de valor justo de Nível 2.

26.3. Considerações sobre riscos

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R\$68.759 (47% do total) pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, (Proinfa), (ii) R\$29.319 (20% do total) pelo grupo CPFL, (acionista controlador) (iii) R\$22.293 (15% do total) pela Câmara de Comercialização Energia (iv) R\$6.735 (5% do total) por um grande consumidor e (v) R\$19.586 (13% do total) por outras empresas

Adicionalmente, a Companhia possui saldos a receber da Baldin Bioenergia S.A. (vide nota explicativa nº 9).

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (“covenants”) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

Em conformidade à instrução CVM Nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado.

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis de 30 de setembro de 2013 fosse mantido e que os respectivos indexadores anuais apurados na data base de 30 de setembro de 2013 permaneçam estáveis (CDI em 8,71% ao ano, TJLP em 5,0% ao ano, IGPM em 4,40% ao ano e TR em 0,03% ao ano); (ii) elevação dos índices atuais em 25%; e (iii) elevação dos índices atuais em 50%. O cenário “(1)” é o que reflete melhor a expectativa da Administração para os possíveis impactos das transações descritas.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro do Consolidado para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário I	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
<u>Ativo Financeiro</u>					
Aplicação CDB/Debêntures/Títulos Públicos	CDI	84.459	7.209	9.011	10.813
Títulos e Valores Mobiliários					
Títulos e Valores Mobiliários	TR	1.105	-	-	-
Aplicação Fundos*	CDI	830.368	72.939	91.174	109.409
		915.932	80.148	100.185	120.222
<u>Passivo Financeiro</u>					
Empréstimos e Financiam. BNDES e FDNE	TJLP+1,85%	(2.958.967)	(202.762)	(239.749)	(276.736)
Empréstimos e Financiam. NIB	IGPM+8,63%	(79.675)	(10.378)	(11.254)	(12.130)
Empréstimos e Financiam. FNE	PRÉ 9,95%	(316.289)	(31.476)	(31.476)	(31.476)
Empréstimos e Financiam. SAFRA, Turbina 15, debêntures PCH Holding 2 e Renováveis	CDI+1,11%	(1.369.822)	(135.869)	(166.029)	(196.188)
		(4.724.753)	(380.485)	(448.508)	(516.530)
Varição		(3.808.821)	(300.337)	(348.323)	(396.308)

(*) A aplicação em fundos não tem remuneração fixa, a remuneração média obtida no primeiro trimestre de 2013 foi de 100,96 % do DI.

Em 30 de setembro de 2013, o custo a amortizar totaliza R\$29.499.

A Companhia e suas controladas tem exposição líquida passiva, uma vez que tem mais instrumentos financeiros passivos que ativos; desta forma a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é feita considerando a deterioração do cenário econômico, com aumento das taxas de juros.

Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “covenants” financeiros atrelados às dívidas do grupo está detalhado nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

26.4. Análise de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

Controladora						
30/09/2013	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	19.777	-	-	-	-	19.777
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	11.623	33.726	262.781	506.230	724.851	1.539.211
Debêntures - principal e encargos	-	921.922	21.411	328.597	324.203	1.596.133
Contas a receber de clientes	(6.464)	(21.601)	-	-	-	(28.065)
Total	24.936	934.047	284.192	834.827	1.049.054	3.127.056

Consolidado						
30/09/2013	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	93.477	-	-	-	-	93.477
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	34.657	180.738	1.122.811	2.257.224	2.992.210	6.587.640
Debêntures - principal e encargos	8.069	33.887	41.823	662.212	1.104.003	1.849.994
Contas a receber de clientes	(81.535)	(63.570)	-	-	-	(145.105)
Total	54.668	151.055	1.164.634	2.919.436	4.096.213	8.386.006

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$273.565, decorrente principalmente do endividamento de curto prazo (empréstimos ponte) incorrido para financiar as obras de construções das suas usinas eólicas no montante de R\$787.850. Durante o ano de 2012 e o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia financiou a construção de suas controladas, Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V, Macacos, Pedra Preta, Juremas, Costa Branca e Campos dos Ventos II, através da captação de recursos de curto prazo (conforme nota explicativa nº 15 referente aos empréstimos ponte BNDES I, II, III e IV, Notas Promissórias e Capital de Giro). Em 24 de setembro de 2013 as controladas Macacos, Pedra Preta, Juremas, Costa Branca e Campos dos Ventos II obtiveram aprovação em diretoria do BNDES para a contratação dos empréstimos de longo prazo no montante de R\$385.245 com prazo de amortização de 16 anos a partir de julho de 2014 e taxa de TJLP acrescida de 2,18% ao ano. Para as demais controladas, a Companhia solicitou o financiamento de longo prazo para o BNDES que será utilizado para quitação dos empréstimos ponte obtidos e aguarda os trâmites de aprovação.

A Administração da Companhia, não obstante os fatos descritos anteriormente, entende que as operações de suas controladas são conduzidas considerando os contratos de autorização e os contratos de venda de energia celebrados no âmbito do CCEAR e CER, descritos abaixo:

<u>SPE</u>	<u>Tipo</u>	<u>Energia contratada (MWm)</u>	<u>Preço contratado (R\$/MWh)</u>	<u>Índice de reajuste</u>	<u>Mês de reajuste</u>	<u>Mês e ano do início</u>	<u>Prazo (em anos)</u>
Atlântica I	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	set/13	20
Atlântica II	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	set/13	20
Atlântica IV	CCEAR	12,9	154,85	IPCA	Novembro	set/13	20
Atlântica V	CCEAR	13,7	154,85	IPCA	Novembro	set/13	20
Macacos	CCEAR	9,7	136,01	IPCA	Novembro	nov/13	20
Pedra Preta	CCEAR	10,1	130,43	IPCA	Novembro	nov/13	20
Juremas	CCEAR	7,5	136,01	IPCA	Novembro	nov/13	20
Costa Branca	CCEAR	9,8	130,43	IPCA	Novembro	nov/13	20
Campo dos Ventos II	CER	14,0	126,19	IPCA	Setembro	set/13	20

27. COBERTURAS DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As usinas em construção possuem apólices contratadas de forma isolada, já que cada obra possui características e cronogramas diferentes. É prática comum a Companhia contratar 100% do valor em risco como limite máximo de indenização, já que não se pode determinar uma porcentagem da obra que terá perda máxima no caso de uma catástrofe.

Já na apólice de riscos operacionais e responsabilidade civil geral, a prática é agrupar as usinas que estão em operação por tipo de geração (Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas Térmicas a Biomassa, Usinas Eólicas e Solar). Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores de renome que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de benchmarking para o desenho das apólices.

É prática de mercado a determinação da usina de maior valor para estipular o limite máximo de indenização da apólice de riscos operacionais, já que contratar como limite o montante total do valor em risco caracteriza uma situação pouco provável ou nula, em que todas as usinas teriam perda total no mesmo período. Sendo assim, prefere-se assegurar com um limite que dê conforto para cobrir totalmente a usina de maior valor no caso de uma catástrofe, ou qualquer outra usina de menor valor na apólice. No caso de utilizar-se todo o limite da apólice, o mercado de seguros fornece mecanismos de reintegralização do risco, pagando um prêmio proporcional por isso.

Todas as novas contratações e renovações com valores acima de R\$2.500 são aprovadas pelos gestores das respectivas áreas, sendo que a Diretoria é informada nas reuniões semanais.

		Limite Máximo de Indenização 30/09/2013
Descrição	Ramo da Apólice	
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes e Riscos de Engenharia	2.642.249
Responsabilidade Civil	Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica	105.000
Automóveis	Cobertura Compreensiva	330
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	69
Outros	Seguro Garantia, D&O e outros	258.306
Total		<u>3.005.954</u>

Sinistro

Em junho de 2013, houve um sinistro na tubulação da gás da caldeira da controlada Bio Alvorada, durante o período de testes da obra, danificando parte da estrutura e do sistema da caldeira. A obra está coberta por apólice de Risco de Engenharia e Lucros Cessantes. A Administração junto com a seguradora ainda está avaliando os eventuais danos e o valor da indenização a ser recebida pela Bio Alvorada.

28. COMPROMISSOS

28.1. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como operacionais, uma vez que os termos dos contratos de arrendamento não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

Até 30 de setembro de 2013, a Companhia e suas controladas firmaram contratos de arrendamento de terras, compostos da seguinte forma:

	Ref.	Assinatura do Contrato	Área (ha)	Prazo	Pagamento Ano - 2013	Índice Reajuste
Eólica Santa Clara	5	mar-08	2.079	28 anos	2.020	IGP-M
Eólica Bons Ventos	9	set-06	437	28 anos	679	IGP-M
Eólica Canoa Quebrada	9	jan-07	220	20 anos	679	IGP-M
Eólica Enacel	9	ago-08	341	22 anos	356	IGP-M
Eólica Formosa	9	out-01	1.094	28 anos	1.160	IGP-M
Eólica Icaraizinho	9	mar-02	423	28 anos	678	IGP-M
Eólica Paracuru	9	dez-01	107	28 anos	414	IGP-M
Eólica Taíba	9	nov-03	53	25 anos	226	IGP-M
Pontal das Falésias	4	mai-09	571	25 anos	46	IGP-M
Projeto Bitupitá	6	nov-08	597	28 anos	150	IGP-M
Projeto Curral Velho	7	dez-08	1.178	28 anos	-	IGP-M
Projeto EOL Bloco Norte e Sul	11	out-08	3.300	37 anos	119	IGP-M
Projeto EOL Campos dos Ventos	10	abr-08	3.196	37 anos	79	IGP-M
Projeto EOL Parambu	5	jul-08	5.163	30 anos	-	IPCA
Projeto EOL Royale	5	nov-10	701	25 anos	10	-
Projeto EOL Royale Expansão	5	nov-10	3.000	25 anos	-	-
Projeto EOL Serra do Cabral	12	dez-10	3.365	35 anos	-	-
Projeto EOL Viçosa	5	nov-08	1.199	30 anos	10	IPCA
Projeto Pé de Serra	5	jul-11	2.974	35 anos	36	IPCA
Projeto Pedra Cheirosa	7	mai-09	809	28 anos	-	IGP-M
Projeto Praia do Atalaia	8	mai-09	2.494	28 anos	-	IGP-M
Projeto Serra do Angelim	5	jul-11	3.447	35 anos	41	IPCA
Projeto Tapuia	5	nov-11	1.166	35 anos	10	IPCA
Projeto EOL Olhos D'água	11	abr-12	1.271	35 anos	15	IPCA
Projeto EOL Rodoleiro	11	abr-12	853	35 anos	13	IPCA
Projeto EOL Sacratruz	11	ago-12	871	35 anos	10	IPCA
Projeto EOL Palmeiras	11	jul-12	417	35 anos	5	IPCA
Projeto EOL Farroupilha	11	mai-12	303	35 anos	4	IPCA
Projeto EOL Canguçu	15	set-12	1.528	35 anos	14	IPCA
Projeto EOL Cerquinha	11	set-12	680	35 anos	8	IPCA
Projeto EOL Cristais	14	out-12	4.072	35 anos	24	IPCA
Projeto EOL Dourados	11	out-12	1.820	35 anos	22	IPCA
Projeto EOL Esplanada	11	out-12	1.900	35 anos	23	IPCA
Projeto EOL Estância	11	nov-12	960	35 anos	17	IPCA
Projeto EOL Matureia	15	set-12	374	35 anos	3	IPCA
Projeto EOL Oasis	11	out-12	438	35 anos	5	IPCA
Projeto EOL Planalto	16	nov-12	2.496	35 anos	40	IPCA
Projeto EOL Jussara	11	out-12	5.050	35 anos	61	IPCA
Projeto EOL Paraíso	11	set-12	330	35 anos	5	IPCA
Projeto EOL São Joaquim	11	out-12	107	35 anos	5	IPCA
Projeto EOL São Nicolau	11	ago-12	645	35 anos	14	IPCA
Projeto EOL Tarumã	11	set-12	2.122	35 anos	26	IPCA
Projeto EOL Sossego	14	out-12	1.500	35 anos	9	IPCA
Projeto EOL Sucesso	11	out-12	1.101	35 anos	13	IPCA
Projeto EOL Ventania	11	abr-12	1.712	35 anos	18	IPCA
Projeto EOL Santana	11	nov-12	1.560	35 anos	9	IPCA
Projeto EOL Taipa	11	jun-12	1.525	35 anos	22	IPCA
Projeto EOL Tangará	17	set-12	4.596	35 anos	33	IPCA
EOL Atlântica	11	jan-11	2.314	35 anos	-	IGP-M
SPE Baixa Verde	3	ago-08	239	25 anos	11	IGP-M
SPE Cajueiro	3	ago-08	238	25 anos	11	IGP-M
SPE Costa Branca	3	ago-08	322	25 anos	11	IGP-M
SPE Costa das Dunas	2	mai-09	469	25 anos	46	IGP-M
SPE Farol de Touros	2	mai-09	433	25 anos	46	IGP-M
SPE Figueira Branca	1	abr-09	143	25 anos	30	IGP-M
SPE Gameleira	1	abr-09	463	25 anos	37	IGP-M
SPE Juremas	3	ago-08	217	25 anos	11	IGP-M
SPE Macacos	3	ago-08	88	25 anos	11	IGP-M
SPE Navegantes	3	mai-09	208	25 anos	11	IGP-M
SPE Pedra Preta	3	ago-08	145	25 anos	11	IGP-M

Observações (valores expressos em reais - R\$):

1. Pagará de R\$ 27.272,73 a R\$ 32.727,27 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta anual;
2. A partir da assinatura do contrato R\$ 36.500,00 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta anual;
3. A partir da assinatura do contrato R\$ 11.000,00 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,2% da receita bruta anual;
4. Pagamento somente a partir da entrada em operação 2,0% da receita bruta mensal.
5. Na 1ª e 2ª fase paga-se R\$ 2,0/ha mensal, na 3ª fase 1,5% da receita bruta mensal
6. A partir da assinatura do contrato R\$ 18.000,00 mensal, após a entrada em operação 1,67% da receita bruta mensal;
7. A partir da entrada em operação R\$ 1.000,00 por aerogerador instalado mensal;
8. A partir da assinatura do contrato R\$ 35.000,00 mensal, após a entrada em operação 1,7% da receita bruta mensal;
9. A partir da entrada em operação comercial 1,5% da receita bruta.
10. Pagamento de R\$ 3,0 por ha na fase pré-operacional e 0,85% da receita após operação
11. Pagamento de R\$ 2,0 por ha na fase pré-operacional e 0,85% da receita após operação
12. Não foi pago valor de arrendamento no ano de 2011 e de 2012. A partir da entrada em operação R\$ 2.500,00 a R\$ 14.500,00 por aerogerador instalado anualmente em função do PPA e fator de capacidade;
13. Pagamento de R\$ 1,2 por ha na fase pré-operacional e 1,5% da receita após operação.
14. Pagamento de R\$ 1,0 por ha na fase pré-operacional e 1% da receita após operação
15. Pagamento de R\$ 1,5 por ha na fase pré-operacional e 1,5 % da receita após operação
16. Pagamento de R\$ 2,5 por ha na fase pré-operacional e 1,5 % da receita após operação
17. Pagamento de R\$ 1,2 por ha na fase pré-operacional e 0,7 % da receita após operação

A seguir o cronograma de pagamento dos compromissos de arrendamentos:

Vencimento	Consolidado		Total
	Fixo	Variável	
2013	543	8.173	8.717
2014	174	10.064	10.238
2015	187	11.109	11.296
2016	292	12.364	12.655
2017	291	12.638	12.930
2018 a 2022	-	63.680	63.680
2023 a 2027	-	62.764	62.764
2028 a 2032	-	53.927	53.927
2033 a 2037	-	36.752	36.752
2038 a 2042	-	30.455	30.455
2043 a 2047	-	23.269	23.269
	<u>1.487</u>	<u>325.195</u>	<u>326.682</u>

28.2. Compromisso de aquisição negócios (preço complementar)

A Companhia firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A, condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar até 2015 o montante de R\$4.324 atualizado monetariamente pelo IGP-M. Esse valor está registrado como passivo na rubrica de contas a pagar de aquisições.

28.3. Compromisso de compra e venda de energia (grupo CPFL)

A Companhia firmou compromisso com a CPFL Comercialização Brasil referente a compra de energia.

Segue abaixo o cronograma dos compromissos de compra de energia:

Compromisso de compra de energia para o ano de 2013	Consolidado			Total
	Out	Nov	Dez	
Montante em MWh	18.280	5.760	11.160	35.200
Montante em R\$	1.771	653	675	3.099

28.4. Compromisso de compra de energia - demais fornecedores.

A Companhia firmou compromissos futuros referente a compra de energia para cumprimento de contrato das empresas Bio Alvorada e Complexo Atlânticas conforme tabela a seguir:

Compromisso de compra de energia para o ano de 2013	Consolidado	
	Quantidade de MWh	Custo
Bio Alvorada	52.492	13.775
Atlântica I	24.039	6.186
Atlântica II	28.470	7.326
Atlântica IV	14.339	3.690
Atlântica V	5.090	1.310
	<u>129.520</u>	<u>33.597</u>

29. PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Sociedade oferece aos seus empregados benefícios, como seguro de vida, assistência médica e plano opcional de complementação de aposentadoria, entre outros, sob o regime de contribuição definida. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício.

Em julho de 2012, a Sociedade firmou um Plano Gerador de Benefício Livre com a Bradesco Vida e Previdência S.A. O plano é composto por Planos Coletivos de Previdência Complementar Aberta - PGBL, regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSESP. O Plano Gerador de Benefício Livre é estruturado na modalidade de contribuição paritária visto que a Patrocinadora está limitada ao percentual que ela acordou contribuir para o fundo e o valor do benefício pós-emprego recebido pelo funcionário é determinado pelo montante de contribuições pagas pela patrocinadora e pelo funcionário, acrescido dos retornos obtidos sobre os investimentos. Em consequência, o risco atuarial de que os benefícios sejam inferiores ao esperado e o risco de investimentos (riscos de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelo funcionário, já que a escolha do tipo de renda para a contribuição parte empregado e livre para o mesmo. Em 30 de setembro de 2013, não há saldo de contribuição a pagar pela Companhia, registrado na conta de obrigações trabalhistas. A despesa registrada no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 foi de R\$677.

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Transações oriundas de combinação de negócios:				
Impostos diferidos ativos	-	-	-	57.121
Investimento	-	23.292	-	-
Imobilizado	-	-	-	594.502
Direitos de autorização	-	-	-	761.802
Empréstimo e Financiamentos	-	-	-	(500.450)
Impostos diferidos passivos	-	-	-	(259.047)
Outros	-	-	-	(26.700)
Total	-	23.292	-	627.228
Outras transações:				
Provisão para custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	1.279	24.390
Encargos financeiros capitalizados	-	18.377	39.105	26.336
AFACs capitalizados	-	865.181	-	-
Partes relacionadas	-	12.810	-	-
Direitos de autorização	-	6.359	-	6.359
Contas a pagar de aquisições	-	2.082	-	2.082
Transferência entre imobilizado e intangível	-	-	11.353	-
Reversão de provisão para custos socioambientais	-	-	-	66.773
Reclassificação de impostos diferidos	-	-	21	12.366
Participação de não controladores	-	6.850	-	3.558
Fornecedores de imobilizado	-	-	21.250	-
Incorporação de saldo de partes relacionadas	-	-	1.165	-

31. LEI Nº 12.783(MP Nº 579/2012)- RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES E OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE

Em 11 de setembro de 2012 o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783 em 13 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, relativas aos contratos de concessão assinados antes de 1995 sobre a redução de encargos setoriais, a modicidade tarifária e outras providências.

Em uma análise efetuada pela Administração da Companhia, esta entende que essa Lei não irá afetar diretamente os negócios (avaliação de ativos e mensuração de receitas) da Companhia em virtude de os vencimentos das concessões e autorizações de exploração outorgadas pela ANEEL somente ocorrerem a partir do ano 2027 e, também, os contratos de comercialização de energia terem sido contratados por meio do Proinfa, da Energia de Reserva, do CCEAR e de contratos bilaterais (mercado livre), tendo, na sua maioria, prazos entre 15, 20 e 30 anos.

A Administração também entende que, indiretamente, caso seja dado às concessões e autorizações da Companhia o mesmo tratamento dado àquelas objeto da Lei, esse fato poderá resultar na diminuição da rentabilidade dos negócios no futuro.

32. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 28 de outubro de 2013.
